



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 762 - DE 26 DE ABRIL A 9 DE MAIO DE 2026 - R\$ 5,00



Por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista

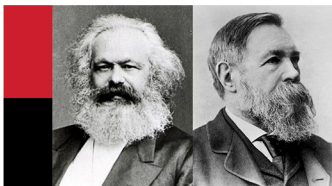
Que as centrais, sindicatos e movimentos populares realizem o Dia Internacional dos Trabalhadores para combater a exploração capitalista do trabalho e a dominação imperialista sobre as nações oprimidas

QUE O 1º DE MAIO IMPULSIONE A CONSTITUIÇÃO DA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA

A longa guerra na Ucrânia, a devastação da Faixa de Gaza, a intervenção na Venezuela, a ofensiva contra o Irã e os ataques ao Líbano indicam a amplitude da crise mundial do capitalismo

A classe operária, os demais trabalhadores e os povos oprimidos estão diante de guerras de dominação

RESSALTA A NECESSIDADE HISTÓRICA DE SUPERAR A CRISE DE DIREÇÃO



► **Assimilando o socialismo científico**
Materialismo histórico

A longa guerra na Ucrânia, a devastação da Faixa de Gaza, a intervenção na Venezuela, a ofensiva contra o Irã e os ataques ao Líbano indicam a amplitude da crise mundial do capitalismo

A classe operária, os demais trabalhadores e os povos oprimidos estão diante de guerras de dominação

Ressalta a necessidade histórica de superar a crise de direção

Permanece o impasse da guerra na Ucrânia, sem que se vislumbre um acordo de encerramento. O fracasso da tentativa de Trump de ditar um cessar-fogo se deve, em grande medida, à resistência da União Europeia e Inglaterra. O governo e a oligarquia ucranianos não poderiam sustentar a guerra por mais tempo se não fosse a divergência entre os interesses imperialistas dos Estados Unidos e dos Estados europeus em torno às condições de um acordo que presumivelmente implicaria uma partilha do país.

O acordo de paz dos cemitérios de Trump imposto à Faixa de Gaza não tem sido cumprido pelo Estado de Israel. A explicação está em que a oligarquia burguesa israelense está pela anexação territorial. Estabelecido o vínculo da devastação e ocupação da Faixa de Gaza com a ofensiva contra o Hezbollah no Líbano, os Estados Unidos e Israel ampliaram a guerra para o Irã.

Os Estados Unidos decidiram também promover uma guerra na América Latina, cercando, invadindo e sequestrando o presidente da Venezuela. Somente não convulsionou o continente latino-americano porque o Estado venezuelano e seu governo se mostraram incapazes de oferecer qualquer resistência militar. Consequentemente, a orientação militarista do imperialismo norte-americano amedrontou a burguesia e os governantes latino-americanos. Trump vem impondo, passo a passo, seu objetivo de cercear os vínculos econômicos e políticos da América Latina com a China.

A guerra da Rússia com a Ucrânia se tornou inevitável no momento em que o governo e a oligarquia ucranianos estavam prestes a submeter o país à União Europeia e aos Estados Unidos. Esse passo ampliaria enormemente o cerco militar da OTAN à Rússia. A reconstituição do poderio da burguesia imperialista europeia - impulsionada pelas contrarrevoluções restauracionistas no Leste Europeu e a incorporação das ex-repúblicas soviéticas do Báltico - fortaleceu os alicerces da OTAN e possibilitou à União Europeia ganhar terreno nas disputas territoriais, que se abriram com o processo de restauração capitalista e liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No entanto, o processo de declínio econômico da Europa e as dificuldades dos Estados Unidos em manterem a hegemonia conquistada após a Segunda Guerra Mundial se encontram na base das guerras de dominação.

É vital para os interesses dos monopólios industriais e do capital financeiro se apossarem de regiões em que se conser-

vam abundantes recursos naturais, como é o caso da Eurásia, Oriente Médio, América Latina e África. A questão ucraniana emerge dessa disputa pelas fontes de matérias-primas. É o que se constata também na questão venezuelana e iraniana.

A elevação da China como potência econômica, que no início do seu processo de restauração capitalista se apresentou como um respiradouro para o sufoco dos Estados Unidos e da Europa, acabou por colocá-la no centro da crise mundial do capitalismo. Eis por que a escalada bélica na Ásia Oriental não tem como ser desvinculada do rearmamento europeu.

Com sua gigantesca capacidade industrial, a China concorre com as demais potências econômicas pelas fontes de matérias-primas. A guerra comercial desfechada nos primeiros dias do governo Trump tem como objetivo central combater o avanço mundial da China. Os Estados Unidos estão em franca rota de colisão com a expansão econômica da potência asiática.

Não há como a Rússia se desvincular dessa confrontação. A guerra na Ucrânia e a ampla aliança imperialista que se armou no início obrigaram a Rússia e a China a se manterem no mesmo campo de resistência estratégica à ofensiva mundial dos Estados Unidos.

As mudanças de orientação de Trump em relação à Ucrânia tinha e tem por objetivo minar as boas relações entre o Estado russo e o Estado chinês. No entanto, não pôde prosperar diante dos desacordos da União Europeia. Do intervencionismo na Faixa de Gaza, os Estados Unidos e Israel expandiram o conflito com a guerra contra o Irã, agudizando a crise mundial.

Ao afetar o comércio do petróleo, gás e outros derivados, a ação do imperialismo atingiu imediatamente, sobretudo, a Europa, que já se ressentia do mesmo mal que se derivou da guerra na Ucrânia. Se se prolongar essa situação, a China poderá ser igualmente ou mais castigada. A decisão de Trump de suspender temporariamente as sanções contra a Rússia no que diz respeito ao petróleo foi um sintoma dos perigos que estavam trazendo o bloqueio do Estreito de Ormuz e as ações do Irã contra os países do Golfo Pérsico que mantinham e mantêm convivência com os Estados Unidos e Israel.

O imperialismo norte-americano se instalou na Venezuela e passou a controlar abertamente o que restou do governo de Nicolás Maduro. Pôde apertar o cerco a Cuba, alinhar a maior parte dos governos latino-americanos e concentrar as pressões sobre o Brasil, que é uma potência em recursos naturais. Passo

a passo, Trump alimenta tensões do Brasil com a China. Liqüidou o governo nacionalista da Venezuela para controlar o petróleo e as vastas riquezas naturais. Na realidade, não só a Venezuela e o Brasil se defrontam com tal ofensiva, como os demais países da América Latina. A esperança de que a aprovação do acordo do Mercosul com a União Europeia irá contrabalançar o peso dos Estados Unidos e diminuir a dependência com a China, tudo indica, será em vão.

Prevalecem a guerra comercial e as tendências bélicas. A via para acordos pacíficos se acha extremamente estreita. É o que acaba de evidenciar a “4ª Reunião de Alto Nível do Fórum Democracia Sempre”, realizada na Espanha, que se mostrou impotente diante das calamidades provocadas pelas intervenções e guerras. Nem bem Lula e sua plêiade de ministros haviam concluído sua peregrinação na Europa, 27 Estados-membros da União Europeia se reuniram em Chipre para se regozijarem da derrota eleitoral de Viktor Orbán na Hungria, porque o novo governo destravou o empréstimo de 90 bilhões de euros a Zelenski. Autoridades europeias e ucranianas montaram um “Plano de Ação UE-Ucrânia”, que estabelece uma “Cooperação em Minerais Críticos”. Se aventou a possibilidade no futuro de incorporação da Ucrânia na União Europeia, o que seria uma contribuição para o plano “Uma Europa, Um Mercado”. Discutiu-se, também, como a Europa atingirá uma capacidade militar própria, no caso dos Estados Unidos deixarem a OTAN. Essa reunião foi um sinal de prolongamento da guerra, que entrou no seu quinto ano.

Esses acontecimentos, fatores e consequências catastróficas expõem as tendências mais profundas de desintegração do capitalismo mundial e de potenciação da barbárie social.

A resistência das massas é o caminho de combate à sociedade capitalista e à sua maior expressão que é a dominação imperialista. Há uma multiplicidade de manifestações que refletem a condenação dos explorados e dos povos oprimidos às guerras de dominação. Certamente, a sua capacidade ainda está aquém dos brutais acontecimentos. O fundamental, porém, se verifica no descontentamento da classe operária e dos demais trabalhadores, que vêm sendo sacrificados com o desemprego, a pobreza e a miséria. A classe operária mundial terá de reagir com unidade e maior força às guerras de dominação.

A vanguarda com consciência de classe não só compreende a gravidade da situação como trabalha no seio dos explorados, respondendo a cada ataque da burguesia e avançando na tarefa de superar a crise de direção. Tem em suas mãos a larga experiência da luta de classes contra o imperialismo e as guerras de dominação. Tem os fundamentos do programa da revolução social. No momento, é urgente traduzir as bandeiras de defesa incondicional das nações oprimidas por meio da organização da frente única anti-imperialista.

O que implica a luta pelo fim da guerra na Ucrânia, que estabeleça a unidade da classe operária ucraniana e russa, que derrote a ofensiva da OTAN contra a Rússia, que leve à real autodeterminação do povo ucraniano e que expresse uma paz sem anexação conquistada por meio da luta de classes. O que implica a luta pelo fim imediato da ocupação da Faixa de Gaza, dos ataques ao Líbano e da guerra contra o Irã. O que implica a luta pela expulsão dos Estados Unidos da Venezuela e pela libertação do presidente Nicolás Maduro. O que implica unir local, regional e mundialmente a classe operária e os demais trabalhadores contra as guerras de dominação, respondendo com as guerras de libertação, sob o programa da revolução social.

Natureza e conteúdo da crise política

Em momentos de disputa eleitoral, são esperados o agravamento das tensões no interior do Estado e o transbordamento à população de toda imundice da política burguesa. Neste exato momento, sobressaltam os conflitos institucionais entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). No fundo, se encontram os preparativos para a definição final das candidaturas à presidência da República. Tudo indica que Luiz Ignácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro monopolizarão a corrida para arrastar as massas às urnas. As demais candidaturas de direita e centro-direita serão coadjuvantes no processo da polarização eleitoral.

A potenciação dos choques da ultradireita e direita - expressos nos marcos do Congresso Nacional com o STF - se avoluma em continuidade à condenação e prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, de seu recanto privilegiado, continua a manejar o destino do Partido Liberal e seus aliados. A principal promessa de Flávio Bolsonaro é a de que, se eleito, promoverá imediatamente o indulto de seu pai e estará pronto a ir às últimas consequências no caso do STF não acatar. Apesar de se entender a sua ameaça de golpe institucional como um exagero de retórica, o passado golpista do bolsonarismo não deixa de colocar a possibilidade de tal ação vir a ocorrer.

O que escalonaria a crise do período que vai da restituição dos direitos políticos de Lula concorrer às eleições à tentativa da cúpula bolsonarista de impedir a posse de Lula. A prisão de Bolsonaro e de seus sequazes mais próximos golpeou a ultradireita, mas não lhe impôs uma derrota política ao ponto de esfacelá-la. Seu reer-

guimento e fortalecimento dependem de vencer Lula e reestruturar as bases da ultradireita em consonância com a direita. O STF terá de se curvar diante da reabilitação de Bolsonaro ou enfrentar uma crise mais profunda que a desencadeada pela condenação do chefe da ultradireita.

Evidentemente, o desenvolvimento do choque no interior do Estado depende dos alinhamentos no seio da burguesia e de seus vínculos com o governo de Donald Trump. O imperialismo norte-americano se fortalecerá ainda mais em sua ofensiva na América Latina contraposta à crescente influência da China caso a ultradireita no caso dos bolsonaristas e aliados voltarem ao poder. Mas, nas condições da crise política, teria de enfrentar as tendências de luta que vêm se gestando no Brasil e que o governo nacional-reformista do PT tem conseguido sufocar por meio do seu amplo controle pelas centrais, sindicatos e movimentos populares.

A economia cresceu pouco, mas o suficiente para contornar em parte o grande problema do desemprego. Esse fator favorável ao petismo e aliados esbarra na projeção da terceirização e informalidade, que vão se expandir ainda mais no próximo período. Os fatores da crise econômica subjacentes à queda da taxa do desemprego e da contenção relativa das pressões inflacionárias não terão como ser contidos nas condições de elevação da dívida pública, do endividamento da população trabalhadora, do processo de desindustrialização e do cerco que os Estados Unidos vêm montando ao Brasil.

A pobreza e miséria que atingem a maior parte da população não têm como continuar sendo administradas pela via do assistencialismo estatal. A imposição das contrarreformas trabalhista e previdenciária nos governos de Temer e Bolsonaro e a sua continuidade no governo de Lula estão em pleno andamento. Funcionam no sentido de manter a taxa de lucro dos capitalistas à custa de ampliar a terceirização e a informalidade, que se alimentam do exército de desempregado e de subempregados.

A volta de Lula à presidência foi providencial nas condições de impulso da crise econômica e social assentado no período de desorganização desencadeada pela pandemia do Covid. A burguesia pôde utilizá-lo, a contragosto ou não, para conter o enorme descontentamento da classe operária e dos demais trabalhadores.

Os desvios e os excessos de obscurantismo da ultradireita bolsonarista favoreceram o ressurgimento do nacional-reformismo que se achava debilitado com o golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff e gestou a Operação Lava Jato. O STF ganhou força em todo esse processo, nutrido sua influência política das divisões partidárias e, sobretudo, das dificuldades expressas pelos governos tanto de direita quanto de esquerda do espectro da política burguesa. O que corresponde ao avultamento do Legislativo (Congresso Nacional) e enfraquecimento do Executivo (poder presidencial).

O lugar do Judiciário nessa relação reflete a crise de governabilidade, condicionada pelas divisões interburguesas e pelas pressões do imperialismo. Mas, o fator determinante é o da contenção da luta de classes, ou seja, da capacidade alcançada pela burocracia sindical em impor às organizações dos trabalhadores as diretrizes da conciliação de classes, que resultam em subordinação ao Estado burguês e à governabilidade, seja exercida pela direita, seja pela esquerda burguesa.

Os parlamentares da ultradireita, direita e centro-direita não se conformaram com a crescente influência do STF sobre as decisões do Congresso, que implicam divergências constitucionais e judiciais, a exemplo da desoneração da folha de pagamento, emendas impositivas, demarcação de terras indígenas, aborto etc. Mas o que mais atizou a hostilidade dos bolsonaristas, em particular, foi a condenação de Bolsonaro. Eis por que comparece como uma questão de primeira magnitude na candidatura de Flávio.

O escândalo da quebra do Banco Master colocou o STF contra a parede. Em todas as situações de conflito, agora pela primeira vez se abriu um flanco negativo à ascendência política do STF e favorável à ofensiva do Congresso Nacional em seu objetivo de limitar ao máximo a capacidade do denominado “ativismo judicial” e ao “poder de decisão monocrática”. Os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, entre outras autoridades, foram colocados como suspeitos de conivência com as bandidagens financeiras do banqueiro Daniel Vercaro.

Tendo provas em mãos, o relator da CPI do Crime Organizado, Alessandro Vieira (MDB), pediu o indiciamento e a abertura de um processo de impeachment dos ministros do STF, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, bem como do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Ao mesmo tempo, ocultou a rede de corrupção que foi montada pelo banco Master e que envolve um grande contingente de autoridades. Por 6 votos contrários

e 4 favoráveis ao relatório, a CPI evitou elevar a crise política às alturas. Mas, deixou um rastro. Gilmar Mendes providenciou um pedido de condenação do senador peemedebista por “abuso de autoridade”.

Em seguida, o pré-candidato à presidência, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, afirmou que, se eleito, agirá no sentido da prisão de Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e da criação de um novo STF. Em resposta, Gilmar Mendes encaminhou a Alexandre de Moraes um pedido de investigação a Zema sobre “fake news”.

Na defensiva, o ministro Edson Fachin, já havia lançado um projeto de adoção de um código de ética. Um reconhecimento de que o Judiciário abriga autoridades judiciais vinculados à bandidagem. Diante de uma medida inócua, o ministro Flávio Dino

evocou uma abrangente reforma no Poder Judiciário. Os privilégios desses funcionários do Estado chegaram ao auge, ultrapassando em muito o teto salarial que já é alto. No final das contas, a CPI do Crime Organizado terminou em nulidade. Fracassou a tentativa de prolongá-la e, assim, adentrar no período eleitoral.

As forças políticas que comandam ou influenciam o Estado procuram se utilizar da inevitável crise política para ocultar a natureza de classe da corrupção e dos métodos gangsteris de relações do poder político com o poder econômico, cujo conteúdo é o de preservar os interesses de setores da classe capitalista e proteger os proprietários dos meios de produção contra as revoltas dos trabalhadores. As crises políticas recorrentes indicam o esgotamento do capitalismo e revelam o curso de sua decomposição.

No momento, o alvoroço criado em torno do STF não passa de mais um episódio da longa crise de governabilidade que se estende desde o fim da ditadura militar em 1985. É obrigatório que a vanguarda com consciência de classe ajude a classe operária e os demais explorados a não serem arrastados pelas disputas interburguesa. Esse caminho é árduo devido à crise de direção e à supremacia da política de conciliação de classes implantada pelo PT, seus aliados e a burocracia sindical de esquerda, de centro e de direita.

Diante dos crimes da burguesia e de seus representantes, a bandeira do proletariado é a de constituir um Tribunal Popular, assentado na democracia das bases e no método da ação direta. A classe operária tem seu programa e sua estratégia própria de poder, mas não tem caminhado nesse sentido devido ao caráter ainda embrionário do Partido Operário Revolucionário (POR), que tende a se fortalecer lutando pela independência política e organizativa de seus organismos de massa.

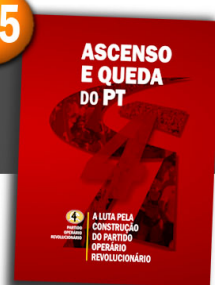
O lugar do Judiciário nessa relação reflete a crise de governabilidade, condicionada pelas divisões interburguesas e pelas pressões do imperialismo. Mas, o fator determinante é o da contenção da luta de classes, ou seja, da capacidade alcançada pela burocracia sindical em impor às organizações dos trabalhadores as diretrizes da conciliação de classes, que resultam em subordinação ao Estado burguês e à governabilidade, seja exercida pela direita, seja pela esquerda burguesa.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Discriminação a mulheres muçulmanas

O fim de toda forma de opressão nacional, racial e religiosa virá por meio da luta de classes e das conquistas revolucionárias pelas transformações socialistas

O 3º Relatório de Islamofobia Brasil, organizado sob a coordenação da professora da USP Francirosy Barbosa, constata o aumento da discriminação e dos ataques às mulheres muçulmanas que usam o hijab (véu). Traz depoimentos do tipo de agressão verbal: “Melhor a gente ir embora porque ela vai explodir tudo”. E de agressão física: “Um homem passou correndo e atirou uma pedra em minha nuca gritando ‘volta para seu país’”.

O Relatório conta com a participação de 328 mulheres muçulmanas. Desse universo, “92,2% afirmam a existência da discriminação contra as muçulmanas, e 80% contaram ter sofrido diretamente preconceito”. As agressões xenófobas ocorrem em espaços públicos e em locais de trabalho.

Em depoimentos, as trabalhadoras testemunharam caso de discriminação nas entrevistas para emprego e proibição do uso do hijab. Em um dos casos, o RH chegou ao ponto de informar que “o islã não é a cultura da empresa”. Como um caso de violência física mais grave, o Relatório se refere a uma agressão que ocorreu em um Shopping na Foz do Iguaçu recentemente. Diz a reportagem da Folha de São Paulo: “As mulheres ouvidas relatam que tiveram o hijab arrancado, levaram joelhadas e pedradas no meio da rua e sofreram ameaças de soco – impedido apenas, em um dos relatos pela rápida atuação de um segurança de um estabelecimento. Muitas foram agredidas, segundo suas histórias, por homens, acrescentando um componente de violência de gênero à mistura de horrores”.

Tais acontecimentos xenófobos não se limitam ao Brasil. Basta ver suas intensas manifestações na Europa. O Relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) de 2025 registra que “os muçulmanos são alvo de racismo e discriminação, como demonstram claramente os dados da investigação publicada pela FRA em 2024. Quase um em cada dois muçulmanos (47 %) são vítimas de discriminação racial”. O continente europeu abriga 26 milhões de muçulmanos. A França e a Alemanha vêm se destacando nos casos de “islamofobia”.

Observa-se que esse tipo de opressão nacional-religiosa se agravou com a operação militar do Hamas em 2023 a Israel e o desencadeamento do genocídio do povo palestino perpetrado pelo Estado sionista. A tendência é de agravamento da xenofobia anti-muçulmana com a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã.

É nesse marco que o Estado sionista vem confundindo a luta do povo palestino como sendo expressão do antissemitismo, que deve ser condenado tal qual a do anti-muçulmano. Não há dúvida de que a “islamofobia” vem sendo impulsionada pelas posições defensoras do sionismo e do esmagamento da Faixa de Gaza e, agora, do Irã.

Uma das distorções é a explicação de que se trata de guerra cultural e religiosa. A história está profundamente marcada pela presença das religiões nas guerras, mas em sua base se encontra a sociedade dividida em classes, os interesses econômicos e a imposição dos países mais poderosos sobre os mais débeis. A guerra desfechada contra o Irã – uma República Islâmica – não se deve à existência de um governo teocrático, mas sim à independência nacional e controle do país persa das fontes petrolíferas. A intervenção militar na Faixa de Gaza e no Líbano responde à necessidade de Israel ampliar suas fronteiras por meio de anexações.

Esse processo catastrófico que se desenvolve no Oriente Médio expressa a necessidade imperiosa da dominação imperialista. Nas entranhas desse choque, emergem todo tipo de opressão e toda forma de discriminação nacionais.

A luta contra a “islamofobia” permite aos explorados em geral e à classe operária lutar com seu programa da revolução social pela libertação das nações oprimidas da dominação imperialista e das divisões de classe onde se gestam as discriminações raciais, étnicas e religiosas. O POR condena e combate qualquer tipo de perseguição religiosa, sem, contudo, deixar de expressar sua concepção marxista do materialismo histórico e dialético.

Pernambuco

Solidariedade à professora Jennifer Webb

A Corrente Proletária na Educação manifesta solidariedade à professora Jennifer Webb, agredida por seu ex-companheiro, o professor da UFG, Fernando Lacerda Jr.. Ambos integraram a diretoria do ANDES-SN no biênio 2023-2025. O caso integra a macabra estatística da violência contra as mulheres no Brasil. Em 2025, 3,7 milhões de brasileiras sofreram violência doméstica e registrou-se o número recorde de 1.470 feminicídios, 4 por dia. Cerca de 30% das vítimas de feminicídio, estavam sob a tutela do Estado, tendo sido atendidas em delegacias ou obtido medidas protetivas.

A agressão cometida por um professor universitário, dirigente em um sindicato que acumula resoluções de enfrentamento às opressões e de uma corrente política que se reivindica do socialismo (LSR-PSOL) mostra as raízes profundas da opressão sobre a mulher e o quanto o agressor não elevou sua consciência como

militante revolucionário, o que exigiria um compromisso com o combate a todo tipo de opressão e exploração.

Junto à denúncia da professora Jennifer, somaram-se outras envolvendo o mesmo acusado. Fomos informados de que há processos em curso por violência doméstica e descumprimento de medida protetiva. As vítimas de violência têm todo o direito de reivindicarem justiça e reparação e devem ser apoiadas em seu pleito.

As legislações de proteção à mulher, com novas tipificações de crimes e acréscimo de penas a cada caso que choca a opinião pública, são incapazes de proteger a vida das mulheres. As medidas educativas, de “desconstrução do machismo” e “empoderamento feminino” também são limitadas, conforme escancara o caso em questão. Diante da impotência, alimenta-se a ideia de que a expo-

sição individual, na lógica do “escracho” desestimularia as reincidências e novos casos. No entanto, as violências continuam se acumulando.

A indignação com este caso, tão próximo de nós, alimenta a disposição em eliminar pela raiz a opressão sobre as mulheres e suas manifestações violentas. A solidariedade com as vítimas de

violência reforça a necessidade de avançarmos na luta para eliminar a propriedade privada dos meios de produção – raiz da família como célula econômica e de todos os preconceitos e ideologias que inferiorizam as mulheres – e fortalecermos a estratégia revolucionária para edificar uma sociedade socialista, sem exploração e sem opressão.

Balanço do 6º Congresso da CSP-Conlutas

Um Congresso que expressou a política da pequena burguesia

O POR luta para que a CSP-Conlutas assuma um caráter proletário e revolucionário

O 6º Congresso da CSP-Conlutas realizou-se de 18 a 21 de abril de 2026, em São Paulo. Contou com 1026 delegados, 299 observadores e mais de uma dezena de convidados internacionais, boa parte com vínculos políticos com a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), organização que agrupa partidos e correntes morenistas (Nahuel Moreno). A Central francesa Solidaries e Rede Internacional de Solidariedade e Luta, que reúne os sindicatos dirigidos pela política centrista, exaltou a intervenção por meio das flotilhas à Faixa de Gaza e agora à Cuba.

Os delegados estavam agrupados em torno de 10 contribuições (teses): 1) Bloco Classista, Operário e Popular, do PSTU; 2) Combate Classista e pela Base, da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); 3) Liberdade, Socialista e Revolução (LSR); 4) Movimento pela Frente Socialista e Revolucionária; 5) Movimento por um Partido Revolucionário (MPR) e Movimento Revolucionário Socialista (MRS); 6) Movimento Nossa Classe (MRT); 7) Corrente Proletária/Partido Operário Revolucionário (POR); 8) Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp); 9) Quilombo Raça e Classe; 10) Unidos pra Lutar.

O formato do Congresso repetiu o dos Congressos anteriores: painéis com convidados, grupos de discussão, reuniões setoriais e plenárias de deliberação. A forma de painéis (palestras) diluiu as discussões das teses que estariam sujeitas à aprovação. Cabe ressaltar a longa exposição de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, que enfatizou academicamente a necessidade de um programa que unifique a esquerda, um programa que “conversa” com a “classe trabalhadora”, que é heterogênea. E o discurso do candidato do PSTU às eleições presidenciais, Hertz Dias, que procurou radicalizar e dar o tom de combate ao imperialismo e aos ataques do governo do PT, com a defesa da autodeterminação dos povos oprimidos (não se colocou pela bandeira de defesa incondicional da nação oprimida) e da expropriação da burguesia.

A abertura foi feita por Weller Gonçalves, presidente do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, que denunciou a crise mundial e os ataques dos governantes e concluiu que as reivindicações, como o fim da escala 6X1, só serão alcançadas por meio das



mobilizações de rua. Nisso, coincidiu com todas as teses. Em seguida, o representante da CUT, dirigente do Sindicato dos Químicos, Renato Zulato, usou a tribuna para dizer que, apesar das diferenças, há uma convergência entre as centrais em torno às lutas da “classe trabalhadora”. Uma clara hipocrisia de um representante da burocracia que pratica abertamente a política de conciliação de classes. O PSOL, por meio da deputada Sâmia Bonfim, se dirigiu ao plenário para

enfatizar as disputas no Congresso Nacional sobre o fim da escala 6x1, repetindo a fala cutista de que é preciso a mobilização. O militante do PCBR falou sobre a importância da unidade da “classe trabalhadora”, mas não indicou qual o caminho para se chegar a almejada unidade, quando o próprio Congresso da CSP-Conlutas era expressão da fragmentação sindical. Outras correntes também fizeram uso da palavra, como Revolução Socialista-PSOL, MRT, MPR (corrente que se conformou com a recente cisão do PSTU).

O POR fez um pronunciamento, baseado em uma Carta distribuída aos delegados, assinalando o erro da CSP-Conlutas em cindir a CUT, com o argumento de que era necessário constituir uma fração classista capaz de aglutinar a vanguarda dos trabalhadores. Depois de 20 anos, este 6º Congresso tinha de fazer um balanço do fracasso dessa trajetória. Hoje, a CUT está mais estatizada e burocratizada e continua exercendo o controle político-ideológico sobre a maioria da classe operária. E a Conlutas não pôde se desvencilhar da política de conciliação de classes protagonizada pela burocracia cutista. Está aí a importância de fazer um balanço sério e se colocar no caminho da edificação de uma única central, classista e revolucionária. Concluiu com a bandeira da aprovação de um 1º de Maio de luta e internacionalista.

Após as saudações, foi aprovado o regimento interno. A única polêmica se deu em função do corte de 10% nos grupos para que uma resolução fosse ao plenário. Houve duas propostas: de 10% e 5%. Prevaleceu o corte de 10%. Em seguida, constituiu-se a “Comissão de Opressões”, cujo objetivo era fiscalizar e apurar as denúncias de “machismo, racismo etc.” durante os quatro dias de Congresso. Foi um sinal do quanto a direção da Conlutas e a maior parte das correntes de esquerda estão mergulhadas nas teses do feminismo pequeno-burguês.

O 6º Congresso foi marcado pelo avanço do controle burocrático por parte da direção majoritária do PSTU e pelo aumento da delegação estudantil. Ao contrário do fortalecimento da presença da classe operária, que foi extremamente pequena, destacou-se a intervenção da pequena-burguesia (estudantil, professores e dirigentes sindicais e populares). Em função dessas características, o Congresso tomou a forma de “torcidas organizadas”, que desfilavam batendo os bumbos e cantarolando em meio ao plenário. O MRT foi o protagonista dessa deformação pequeno-burguesa, seguida depois pela ala estudantil do PSTU (Rebeldia). O que fez ressaltar o caráter dispersivo e festivo, reproduzindo, assim, os Congressos distraconistas e burocráticos da CUT.

Esse caráter de composição e de orientação pequeno-burguesa de esquerda, radical em palavras, definiu o curso do Congresso e, assim, impossibilitou que os delegados cumprissem sua tarefa de aprovar um programa e uma linha proletária nas condições de profunda crise do capitalismo, marcado pelo intervencionismo norte-americano, pela ofensiva da guerra comercial, pela escalada militar, pelas guerras e pela proliferação da pobreza e miséria das massas mundiais. O 6º Congresso acabou retratando a profunda crise de direção, que deve ser superada com a construção dos partidos marxista-leninista-trotskyistas e a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O que explica o retrocesso

O ponto central está na ruptura aparelhista com a CUT e a conformação de uma central como um aparato sindical do PSTU. Ao contrário do que diz o PSTU, a CSP-Conlutas nesses 20 anos não foi capaz de aglutinar a vanguarda da classe operária e dos demais trabalhadores no campo da independência de classe e da consolidação de um programa de reivindicações, que tivesse como ponto de partida as reivindicações vitais e o método próprio dos explorados, e que se dirigisse à estratégia de combate ao capitalismo e edificação do socialismo. Longe disso, nessas duas décadas de existência, a CSP-Conlutas foi se submetendo à política e aos métodos da burocracia cutista. Não foi capaz de enfrentar as contrarreformas – trabalhista, previdenciária, terceirização – o que levou seus sindicatos a realizarem os acordos de flexibilização capitalista do trabalho (PDV, Layoff, Banco de Horas), nos moldes dos sindicatos conduzidos pelo PT e PCdoB, sobretudo. O resultado veio à tona quando se chega aos vinte anos e se verifica que a grande maioria do proletariado continua sendo arregimentada e controlada pela burocracia cutista e forcionista.

Trata-se de um processo de encolhimento da CSP-Conlutas. Vários sindicatos nacionais se desfilaram e voltaram para o campo da CUT, ou se mantêm desvinculados de centrais. Pesa nessas rupturas, a imposição da política do PSTU às custas do controle burocrático. O esvaziamento dos Congressos é evidente. Se o 1º Congresso de 2012 eram 2.280 delegados, no 6º se resumiu a 1026. Com um agravante a mais, que é o aumento das delegações estudantis e dos coletivos de opressões. Essa composição majoritariamente pequeno-burguesa corresponde à orientação que o PSTU deu na constituição da Conlutas de que seria não só uma central sindical, mas também “popular”.

A composição social de um Congresso é fundamental para uma central. Certamente, a pouca presença da classe operária e o avanço de setores da classe média é uma manifestação da política da CSP-Conlutas. Não dá para responsabilizar o encolhimento dos Congressos unicamente pelo retrocesso político e organizativo dos trabalhadores. Tem a ver com a política que é levada a cabo pela direção da central.

A cisão no PSTU se manifestou no Congresso

A recente cisão ocorrida no PSTU, que deu lugar ao surgimento do Movimento por um Partido Revolucionário (MPR), se manifestou nos pronunciamentos de ex-militantes do PSTU, Altino e outros, e da ex-militante da LIT do Chile, sobretudo. Em vários momentos, enfatizaram que haviam sido expulsos do PSTU. O PSTU, por sua vez, procurou ignorar as acusações.

Do ponto de vista político, as diferenças entre a Tese do Bloco (PSTU) e do MPR são pequenas. As divergências aparecem no funcionamento da central. Ambas avaliam positivamente a cisão da CUT e a construção da central. Para o MPR, o problema está em que a direção abandonou o combate pela desfiliação da CUT e CTB. Reafirma, assim, os princípios que deram origem à Conlutas, criticando a falta de democracia existente hoje. Há desacordo sobre a liberação de militantes por décadas, propõe o rodízio com prazo estabelecido para o retorno ao trabalho. Critica o chamado “jet-tom” e defende que o salário de um liberado não pode ser superior ao que recebia no local de trabalho. Rejeita a chamada “cláusula de barreira” que impede a aplicação da proporcionalidade direta para a composição da direção e o aumento da periodicidade dos Congressos. Há acordo entre os morenistas cindidos de que é preciso atuar como oposição de esquerda ao governo Lula e à frente ampla. A diferença está nas eleições e no apoio ao PT no segundo turno. No plano internacional, as diferenças são de forma e não de conteúdo. A chapa frentista encabeçada pelo MPR foi a segunda força no Congresso.

As denúncias corretas do MPR dizem respeito ao domínio aparelhista do PSTU e, assim, à anulação da democracia sindical no interior da CSP-Conlutas. Domínio esse que se caracteriza por um ponto comum a toda burocracia, que é a formação de um agrupamento profissionalizado e adaptado às condições do sindicalismo de conciliação de classes. Faltou ao MPR, no entanto, o balanço de sua própria participação e responsabilidade durante o período em que esteve dentro do PSTU.

A defesa da tese do POR

Reproduzimos abaixo a exposição da Tese

Boa tarde, camaradas,

Sou delegado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC, Sindicato da UFABC, eleito pela Corrente Proletária, Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário, POR. Vou defender a contribuição 7. Essa tese tem basicamente quatro partes: conjuntura internacional, nacional, balanço político e organizativo e o plano de lutas.

Uma das principais discussões desse 6º Congresso é o balanço dessa trajetória de 20 anos. O POR interveio em todos os Congressos, desde a sua fundação. Combateu a cisão da CUT, porque se tratava de uma política divisionista e aparelhista. Defendeu que era necessário constituir uma fração classista e revolucionária no interior da CUT, para combater a sua burocratização e impulsionar a luta dos trabalhadores. Em todos os Congressos, levantou a bandeira da construção de uma única central, classista e revolucionária. Fazer um balanço, nesse 20 anos, é um imperativo para uma vanguarda que se coloca no terreno da independência de classe e da unidade dos trabalhadores.

A CSP-Conlutas não foi capaz de se constituir como “alternativa de combate” à CUT. Ao contrário, o que se nota é a política seguidista das direções burocratizadas. A ANEL é outro exemplo de cisão, no caso da UNE. No entanto, sem nenhum balanço autocrítico da divisão, a militância estudantil do PSTU retornou à UNE.

Fazer nesse momento um balanço dessa divisão é fundamental, quando entidades nacionais filiadas à CSP-Conlutas, como o Andes, abandonaram a central. Um balanço para compreender como os Congressos foram se tornando menores.

Em relação à conjuntura internacional, a tese assinala a crise mundial e a intervenção militar dos Estados Unidos para garantir sua hegemonia, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Está aí a ofensiva norte-americana sobre as nações oprimidas. A guerra comercial dos Estados Unidos com a China, que se tornou uma potência econômica, visa tão somente bloquear o poderio chinês e assegurar a sua hegemonia. No entanto, essa guerra comercial reverbera aqui no Brasil, no BRICS e em outros países.

As guerras de dominação dos Estados Unidos e Israel no Oriente Médio, sobretudo na Faixa de Gaza, Líbano e Irã são de submissão das nações oprimidas. Daí a importância da luta anti-imperialista e da bandeira da autodeterminação das nações oprimidas. No caso da guerra na Ucrânia, a tese ressalta o combate à paz de Trump e defende a paz sem anexação, o que implica a unidade da classe operária ucraniana, russa e europeia, bem como o fim da OTAN.

Na América Latina, a ofensiva do imperialismo na Venezuela, o sequestro do presidente Nicolás Maduro e o sufocamento econômico de Cuba devem ser respondidos por meio da constituição do movimento anti-imperialista e da defesa das nações oprimidas contra a nação opressora. A tese do POR faz a defesa incondicional dos governos das nações oprimidas diante do intervencionismo norte-americano. E levanta a bandeira da constituição dos comitês de frente única anti-imperialista.

Em relação à conjuntura nacional, a tese assinala que a crise mundial se reflete no Brasil, com todas as contradições de um sistema econômico em decomposição. O governo Lula é burguês e de crise política. Os choques entre as instituições do Estado, executivo, legislativo e judiciário, são as manifestações mais evidentes do desmoronamento da democracia burguesa.

Prevalecem as disputas interburguesas em torno ao controle do Congresso Nacional. Agora, com as eleições, retomam com força as disputas entre os partidos da direita e extrema direita com o PT e aliados. Por outro lado, as burocracias sindicais não fazem outra coisa a não ser alimentar ilusões na democracia burguesa, com as campanhas em torno às candidaturas chamadas “progressistas”. A Tese do POR levanta a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula, contraposta à bandeira eleitoral de frente de esquerda. E a defesa de um programa próprio de reivindicações que unifica a maioria explorada, sob o método da ação direta e da estratégia da revolução social, do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

Encerro a defesa da contribuição com o chamado à constituição de um 1º de Maio, classista, revolucionário e internacionalista.

Intervenção da direção para impedir que resoluções minoritárias fossem apresentadas no plenário

No segundo dia do Congresso, os delegados foram distribuídos em 10 grupos. O objetivo era aprovar as resoluções desde que obtivessem 10%. Pela primeira vez, o delegado só poderia votar no conjunto de resoluções de sua tese. Portanto, era impedido votar em outras resoluções não contidas em sua tese.

Os delegados do POR estavam em dois grupos: o das resoluções sobre conjuntura internacional, nacional e plano de lutas e o de balanço. Nesses dois grupos, houve acordo de o delegado poder se posicionar em favor de outras resoluções. No primeiro grupo, a direção interveio depois da votação de quase todas as resoluções, se recusando a aferir os votos nas do POR e do MPR. No grupo de balanço, após as exposições das resoluções, a direção passou por cima da decisão do grupo e suspendeu a votação. Essa manobra ocorreu exatamente onde se encontravam os delegados do POR.

Diante da conduta autoritária e burocrática, o POR redigiu um recurso, que foi distribuído aos delegados e apresentado à mesa. A íntegra do recurso reproduzimos no final do balanço. No entanto, a mesa se colocou contra a apresentação do recurso, com o argumento burocrático de que estava cumprindo o regimento. Assim, o POR ficou impedido de expor e defender as suas resoluções nas plenárias de deliberação.

Eleição da direção

O 6º Congresso tinha a tarefa de eleger a direção, fato que veio a ocorrer depois de 20 anos. A proporcionalidade na composição não é direta, depende do corte estabelecido. Foram constituídas 5 chapas: 1) do Bloco (PSTU); 2) Movimento Nossa Classe (MRT); 3) Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); 4) Unidos pra Lutar; 5) chapa frentista, que reuniu os proponentes das teses do Movimento por uma Partido Revolucionário (MPR) e Movimento Revolucionário Socialista (MRS), Movimento pela Frente Socialista e Revolucionária, OSL e POR.

O POR, antes de se posicionar, apresentou por escrito às correntes que estavam conformando a chapa frentista os seguintes pontos:

Sobre a situação internacional e nacional

1. A luta anti-imperialista em defesa das nações oprimidas e a tática da frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária;
2. Defesa incondicional da nação oprimida contra os ataques e a guerra de dominação imperialista (Venezuela, Irã...);
3. Pelo fim da guerra na Ucrânia, sob a unidade, o programa da revolução social e o internacionalismo proletário;
4. Oposição revolucionária ao governo nacional-reformista de frente ampla de Lula;
5. Defesa do programa próprio dos explorados por meio dos métodos de ação direta e da organização independente;
6. Unidade operária e popular contra as medidas patronais e governamentais de ataque à vida dos trabalhadores (derrubada das contrarreformas, contra as privatizações, pela estatização, controle operário);
7. Diante da disputa eleitoral, independência dos explorados e combate pelo programa próprio;
8. Por um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifesta-



ção de rua, em defesa das reivindicações vitais da classe operária e demais oprimidos;

9. Organizar a luta sob a estratégia da revolução social;

10. Vincular o movimento pelas reivindicações mais elementares com os objetivos da revolução socialista;

11. Pela união da maioria explorada sob a política da classe operária. Por um governo operário e camponês que expresse o poder da maioria oprimida na forma da ditadura do proletariado.

Sobre a questão sindical

1. Constituição de oposições classistas, expulsão das burocracias sindicais e edificação das direções revolucionárias;

2. Democracia operária baseada nas assembleias e organizações por local de trabalho;

3. Combate aos acordos de flexibilização capitalista do trabalho (PDV, banco de horas, lay-off);

4. Enfrentamento às formas burocráticas e à política de conciliação de classes;

5. Lutar contra o divisionismo sindical. Por uma única central, operária, classista e independente do Estado e da política burguesa.

No processo de constituição da chapa frentista, do qual participaram o MPR, MRS, MFSR, OSL e POR, houve divergências em torno à bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula, à frente única anti-imperialista e à cisão da CUT. Do ponto de vista geral, havia concordância sobre o caráter burocrático da direção da CSP-Conlutas, os acordos de flexibilização capitalista, a constituição de uma direção afastada das reais necessidades das bases e o imperativo em responder aos ataques dos governos por meio da ação direta.

Como se pode ver, tratou-se de uma oposição muito heterogênea que tinha em comum a defesa da democracia operária, do método da ação direta e da luta unitária dos explorados contra os exploradores e o Estado burguês. Sobre essa base, houve acordo na necessidade combater a política do conciliação de classes.

Posicionamento do POR em relação às eleições para a direção

O POR chamou os delegados a votarem na chapa 5 de unidade frentista com as organizações: MPR, MRS, MFSR, OSL e POR. Reproduzimos abaixo o posicionamento do POR em relação ao voto. Eis:

Diante da brutal ofensiva capitalista, é fundamental ligar a defesa das reivindicações mais sentidas das massas com a luta pela revolução e pelo socialismo!

O Partido Operário Revolucionário batalhou junto a outras organizações pela construção de uma chapa de unidade frentista, que tivesse como pontos fundamentais a defesa da mais ampla democracia interna na central, do princípio da independência de classe, do método da ação direta e da luta pelas reivindicações elementares das massas - combinada com o programa anticapitalista e anti-imperialista.

Embora nem todas as propostas apresentadas pelo POR tenham sido contempladas, dadas as diferenças políticas em uma frente com outras organizações, é necessário destacar os pontos fundamentais apresentados pelo partido durante o 6º Congresso: defesa da frente única anti-imperialista; constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de

Lula/Alckmin; que as centrais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua; entre outras propostas.

A defesa do voto do POR na chapa não pode ser expressa no plenário. O critério de quantidade de delegados foi o que prevaleceu. O POR discordou e centrou na divulgação da nota.

O resultado das eleições assinalou a hegemonia do PSTU. A chapa 1, obteve 619 votos; a 2, MRT, 96; a 3, CST, 21; a 4, Unidos pra Lutar, 62; e 5, da frente, 115. Houve 4 abstenções.

Essa composição indica que a CSP-Conlutas continuará sendo um aparato do PSTU. As correntes opositoras estão presas à disputa aparelhista, que serve às suas construções partidárias. Em particular, esse é o caso do MRT, que vem se formando sobre a base da pequena burguesia, e do MPR, que terá de se firmar como uma cisão do PSTU. A luta estratégica do POR não passa pela composição de tal direção, que não rompe com o burocratismo de esquerda que se forjou desde a origem da CSP-Conlutas.

A intervenção disciplinada do POR no Congresso esteve voltada à demonstração de seu acerto histórico contrário à cisão com a CUT, à negativa de construir uma fração revolucionária no seu interior e à necessidade do proletariado se organizar no campo da independência de classe em torno a uma única central, dirigida pela política revolucionária do proletariado de derrubar a classe capitalista, expropriá-la, constituir o Estado operário e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Essa é uma luta que a vanguarda com consciência de classe desenvolve no movimento sindical como um todo.



Conclusões

Depois de 20 anos, confirma-se a política do POR contrária à cisão da CUT, em defesa da constituição de uma fração revolucionária no interior dessa central. A pequena delegação do POR atuou em defesa de sua tese (número 7). Da tribuna do Congresso, assinalou o erro da cisão da CUT e a incapacidade da CSP-Conlutas se constituir em um polo de arregimentação da vanguarda operária. Expôs o conteúdo proletário de classe da bandeira de frente única anti-imperialista diante da ação dos Estados Unidos sobre

as nações oprimidas. Batalhou pelo vínculo da bandeira de defesa incondicional da Venezuela e do Irã com a estratégia da revolução social. Assinalou a diferença entre a bandeira eleitoral de frente de esquerda e a de oposição revolucionária ao governo Lula. Defendeu o programa próprio de reivindicações e o método de luta, chamando à aprovação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua. E se colocou por um ato unitário do 1º de Maio, classista e internacionalista, criticando as centrais que se recusaram a organizar um ato em defesa dos povos oprimidos e das reivindicações da maioria explorada.

O pequeno número de delegados impediu que as posições do POR estivessem no centro das discussões do Congresso. Mas não foi um obstáculo para a defesa das posições revolucionárias, em um Congresso fundamentalmente dominado pela política da esquerda centrista. A militância atuou com a banca de publicações do partido, com o Jornal Massas e com o Manifesto. Durante o Congresso, fez a distribuição do Recurso contra as manobras da burocracia, dos pontos para a composição da Chapa e da nota chamando o voto na chapa 5.

O fato da maioria do Congresso se colocar no campo do revisionismo, de manter a política centrista do PSTU, de alimentar ilusão nas eleições burguesas, de reafirmar como acerto os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, de assumir a prática da burocracia cutista de cobrança da taxa negocial e de aumentar para 3 anos os congressos coloca a CSP-Conlutas no mesmo campo burocrático das demais centrais, apesar dos discursos em favor do socialismo, da democracia, da independência e da unidade dos trabalhadores.

Recurso apresentado pela Corrente Proletária à plenária do 6º Congresso

6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas: Direção aparelhista manobra para vetar propostas da Corrente Proletária/POR

Para cercear o direito de expressão das minorias na Plenária Geral, que votará as propostas de resolução aprovadas nos Grupos de Trabalho (GT), a direção majoritária da CSP-Conlutas (PSTU) fez uma manobra vergonhosa na condução dos GTs do Congresso, realizados ontem (19/04) à tarde.

A manobra consistiu em substituir a votação de cada uma das propostas de resolução apresentadas no GT, a partir do formulário para encaminhamento de propostas distribuído pela mesa, pela votação de contribuição global contra contribuição global. Descaracterizou-se a própria natureza do GT, que deveria ser um espaço de construção coletiva, para restringir que propostas de resolução formuladas por agrupamentos opositoristas fossem levadas ao debate e votação na Plenária Geral.

No GT 1, para o qual foi designado o delegado sindical da CPE-SinTUFABC, a mesa definiu que as propostas apresentadas no GT seriam votadas na seguinte ordem: 1) Bloco Classista, Operário e Popular; 2) Movimento Nossa Classe/MRT; 3) Combate Sindical; 4) Unidos pra Lutar; 5) MPR/MRS; e 6) CP/POR. Após as votações realizadas por contraste visual, de forma completamente arbitrária a mesa do GT declarou que as propostas do MPR/MRS e da CP/POR não foram aprovadas porque não foi possível contabilizar os votos, sendo que visivelmente todas as votações realizadas no GT atingiram o quórum de no mínimo 10% dos votos.

Observa-se que o veto se deu justamente contra as propostas

que mais se chocaram com o burocratismo e o eleitoralismo durante a discussão no GT, reforçando que a manobra visava impedir a exposição das principais polêmicas para o conjunto dos participantes do Congresso na Plenária Geral. As propostas de resolução apresentadas pela Corrente Proletária/POR no GT foram as seguintes:

- Levantar a bandeira da constituição de uma Frente Única Anti-imperialista em defesa da autodeterminação das nações oprimidas e da soberania nacional, baseada na mobilização independente dos explorados e dos povos oprimidos, sob a direção do proletariado;
- Erguer uma mobilização nacional unificada no campo da independência de classe, baseada no método da ação direta e na organização pela base, erguendo os comitês de luta nos bairros e locais de estudo e trabalho. Defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, a ser feita no interior do movimento sindical e junto às demais centrais;
- Construir atos unificados, classistas e internacionalistas no dia 1º de Maio;
- Constituir a oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla, com base na mobilização direta das massas. Combater a conduta da maioria das direções das centrais de perfilar os sindicatos por detrás da reeleição de Lula, anulando a luta pelas reivindicações dos oprimidos. Nada de submeter os sindicatos às disputas interburguesas;
- A defesa da constituição de uma única central, baseada na democracia operária e na independência de classe;
- Organizar a luta da maioria oprimida para pôr em pé o Tribunal Popular, capaz de julgar e punir os crimes da burguesia e de seu Estado.

O ataque à democracia operária é lamentável em qualquer circunstância, mas se agrava no momento em que a conjuntura está marcada por uma ofensiva mundial do imperialismo e pela brutal crise de direção revolucionária, em que está posta a urgência e o desafio de constituir uma fração classista e revolucionária no movimento de massas e de pôr em pé um movimento da maioria oprimida em defesa de seu próprio programa.

Companheiras/os, a Corrente Proletária/POR rechaça a manobra lamentável promovida pela burocracia aparelhista. Como parte desse combate queremos interpor um recurso à Plenária Geral para contornar o veto anti-democrático. Pedimos o apoio de toda a militância anti-burocrática e anti-oportunista, inclusive do bloco majoritário, para que seja restabelecida a democracia operária.

20 de abril de 2026

LANÇAMENTO

R\$10

Funcionários de escola e a política de independência de classe



Manifestação em novembro de 2021 contra governo Doria, na Praça da Sé

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



MASSAS

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Carta do Partido Operário Revolucionário Ao 6º Congresso da CSP-Conlutas

OA direção da CSP-Conlutas e o PSTU que detém a sua maioria sabem que o Partido Operário Revolucionário (POR) participou do Congresso que decidiu pelo rompimento com a CUT e sua proposição contrária foi ultraminoritária. Defendeu que se constituísse como uma frente classista no interior da CUT e como tal combateria a política de conciliação de classes de sua burocracia vinculada ao PT. Nossa posição foi a de combater o divisionismo sindical que expressava ações de frações burocráticas aparelhistas. Naquele momento, havia o fracionamento da Força Sindical e da CGT, em seguida viria o da CTB. Hoje são mais de uma dezena de centrais.

O acerto do POR quanto à resolução apresentada em 2006 hoje está mais do que comprovado nos seguintes pontos: “1. Afirmar a Conlutas como uma frente de luta, classista e antiburocrática; 2. Rejeitar a divisão da CUT; 3. Aprovar um programa proletário anti-imperialista e anticapitalista (...); 5. Aprovar uma resolução de formação de oposições classistas, antiburocráticas, programáticas e frentistas nos sindicatos dirigidos pelos burocratas (...)”.

Essa defesa correspondeu à necessidade de centralização do movimento operário por uma única central, classista, revolucionária e independente do Estado de toda a política burguesa. O divisionismo e a fragmentação são obras da casta burocrática, que se opõe à democracia sindical, aos métodos da ação direta e ao programa próprio da classe operária.

Passados os 20 anos do embate do POR contra a cisão, a realização deste 6º Congresso evidencia a paralisia da CSP-Conlutas e sua incapacidade de se distinguir na prática do curso do sindicalismo burocrático encabeçado pela CUT, embora não faltem palavreados socialistas. Nesse transcurso, a aliança de correntes de esquerda com o PSTU na direção da CSP-Conlutas se desmoronou. O que demonstrou oportunismo sindical.

O 6º Congresso ocorre em um momento difícil para o PSTU, que está diante de uma recente cisão que se colocou no sentido de um Movimento por um Partido Revolucionário (MPR). Tudo indica que a tese do MPR tem a função de uma disputa externa que antes era interna ao PSTU. Em suas críticas, que constam no balanço, os dissidentes ocultam a sua responsabilidade de levar a Conlutas a romper com a CUT, sem, contudo, expressar uma tendência do proletariado em derrubar a burocracia pró-capitalista montada à sombra do PT e do caudilho Lula.

O fato é que a CSP-Conlutas se formou como um aparato do PSTU, que, no entanto, depende do incentivo de correntes de esquerda, parte delas derivadas do mesmo tronco do morenismo. A CSP-Conlutas não apenas não teve como se potenciar, como se fragilizou. A desfiliação do Andes foi um dos sintomas, mas o principal deles é que não ampliou o número de sindicatos.

As atividades em torno às opressões mascaram a pequena inserção no movimento operário. Certamente, conseguiu resguardar o importante Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos e sua inserção nos petroleiros. O problema está em que reproduz o corporativismo sindical, a ponto de ceder a acordos de demissão, PDV entre outras modalidades impostas pelo patronato e amplamente utilizados pelos sindicatos da CUT, CTB e Força Sindical. Eis por que a impossibilita de se projetar nacionalmente e acaba seguindo os passos da casta burocrática. Esse é um dos pontos essenciais do balanço.

O POR, mesmo embrionário e sem exercer direção sindical, nunca deixou de participar das atividades da CSP-Conlutas. Tem

tido crítico à posição divisionista e aparelhista diante do 1º de Maio.

A intervenção do POR na CUT e se pudesse o faria nas demais centrais com influência na classe operária se dá sobre a base do programa próprio, do combate às direções burocráticas, da rejeição a toda forma de conciliação de classes e contra o divisionismo. Em toda a parte que a classe operária e demais explorados fazem experiência com as direções adaptadas ao capitalismo, seja pela direita, pelo centro, ou pela esquerda, é obrigatório estar presente com a linha da democracia operária, da organização independente e do trabalho voltado a transformar o instinto de revolta dos oprimidos em luta de classes.

A CSP-Conlutas, apesar de sua paralisia, continua reunindo uma vanguarda que se reivindica da revolução socialista e da independência de classe dos explorados diante do Estado e dos partidos da burguesia. Nesse terreno, tem de se livrar do burocratismo de esquerda e da política sindical centrada. Um primeiro passo é de um balanço não apenas conjuntural, mas histórico.

Do ponto de vista conjuntural, está claro que não se ergueu como uma organização que tem impulsionado a luta dos explorados, de forma a uni-los contra a exploração capitalista, pobreza, miséria e fome. O oportunismo como hoje critica o governo de frente ampla de Lula se verifica na ocultação ao apoio dado no segundo turno das eleições presidenciais. Não se explica os acordos de demissão e PDV assinados pelo Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. Não tem justificativa para a sua inconsequência política e organizativa diante da necessidade de propagandear e agitar entre os trabalhadores a bandeira de derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e, assim, combater o continuísmo do governo Lula. Somente palavras e críticas ao governo, orientadas pela bandeira de “oposição de esquerda”, sem ação prática, esgotam-se em si mesmas.

Do ponto de vista histórico, a CSP-Conlutas não foi capaz de lutar contra o divisionismo sindical. Adaptou-se às relações burocráticas com a vestimenta de organização à esquerda e de socialismo abstrato. Isso explica por que somente se movimentou em nível regional e nacional sob as ações da burocracia cutista e forcista. Uma vez que surgiu do divisionismo burocrático não teve como se diferenciar das direções colaboracionistas e assumir uma posição de direção classista voltada a unir a força da classe operária contra os ataques estratégicos da burguesia e do Estado às condições de existência da maioria oprimida. Adaptou-se ao controle político-burocrático exercido sobre os assalariados em geral e a classe operária em particular.

Esses dois pontos críticos fundamentais do balanço devem conduzir o 6º Congresso da CSP-Conlutas para uma mudança de direção e de linha político-sindical. As condições da crise do capitalismo são reconhecidas por todas as teses. De forma geral, as correntes defendem as nações oprimidas contra a opressão imperialista. Há diferenças quanto as respostas às particularidades da ofensiva colonialista do Estado sionista de Israel contra o povo palestino, à guerra na Ucrânia e, agora, à guerra dos Estados Unidos e Israel ao Irã, bem como, inclusive, quanto à Venezuela. Essas diferenças – algumas graves, por seu conteúdo de classe – não devem impedir que o Congresso sirva para impulsionar o movimento anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Nesse sentido, o Congresso tem a tarefa de aprovar a linha de defesa das nações oprimidas, da autodeterminação, do enfrentamento às guerras de dominação nacional e, assim, aprovar a

tática da frente única anti-imperialista. Essa linha coloca para a CSP-Conlutas o objetivo de constituir os comitês de frente única anti-imperialista e atuar nas bases de todos os sindicatos e dos movimentos populares. Todas as forças que se reivindicam dos explorados e do socialismo estão diante do dever internacionalista de organizar em seu próprio país a frente única anti-imperialista. Por essa via, passa e passará o choque do proletariado com as burguesias e os governos que nas semicolônias se curvam diante do poderio dos Estados Unidos e aliados.

O 6º Congresso tem de expressar os condicionamentos da crise mundial do capitalismo às particularidades nacionais do Brasil e da América Latina. O ponto de partida está em reconhecer que o capitalismo em decadência e em decomposição não comporta reformas progressivas. Está aí o caráter contrarrevolucionário do nacional-reformismo encarnado pelo PT, pelos aliados de esquerda e pelo próprio governo Lula. O fracasso do nacional-reformismo se reflete na CUT e demais centrais adaptadas ao Estado, de forma que se levantam como travas à defesa do programa próprio de reivindicações, à organização independente, à ação direta e à unidade revolucionária dos explorados. Essa política de colaboração de classes faz parte da decomposição da democracia oligárquica. O Congresso deve levantar a bandeira de independência de classe e da luta por um programa próprio em contraposição às disputas eleitorais já em curso. Trata-se de estabelecer linha de defesa inflexível das condições de trabalho e de existência da maioria oprimida.

As teses da Corrente Proletária (POR) estabelecem as bases classistas, as bandeiras e os métodos de luta para combater o capitalismo em decomposição e suas bárbaras consequências sociais: 1) fim do desemprego, subemprego e informalidade por meio da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), o que inclui o fim da escala 6x1; 2) fim do salário mínimo de fome, por um salário mínimo vital de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora calculado pelas assembleias sindicais e populares; 3) fim das privatizações, do fechamento de fábricas e da desindustrialização por meio das estatizações sem indenização e controle operário da produção; 4) derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa; 5) fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados; 6) eliminação da dívida pública, rompimento com todos os acordos parasitários e estatização do capital financeiro; 7) expropriação dos latifúndios, entrega das terras aos camponeses pobres, direito à autodeterminação das nações indígenas e coletivização agrária; 8) fim de todas as formas de opressão sobre as mulheres, aos negros e aos homossexuais.

A luta por esse programa implica a estratégia da revolução social, da expropriação geral da burguesia, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, da constituição de um governo operário e camponês, da ruptura com o domínio imperialista e da confluência internacionalista com a luta do proletariado mundial por sua emancipação.

18 de abril de 2026

Intervenção do POR na “3ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora”

Greve da Fasubra demonstra caminho da luta independente e massiva

Convocada por oito centrais sindicais, entre elas a CUT, a CTB, a Força Sindical e a UGT, a 3ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, juntamente com a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), foi realizada na capital federal no dia 15 de março e contou com a participação de milhares de trabalhadores de todo o país.

O objetivo foi entregar ao governo e congressistas a pauta unificada de reivindicações construída pelas direções das centrais. O caráter eleitoral ficou claro com as direções sindicais afirmando a necessidade de reeleger o governo burguês de frente ampla e das massas “aprenderem a votar”, ou seja, eleger as suas candidaturas para o parlamento burguês. Os carreiristas estão voltados a alimentar ilusões democratizantes.

Em função da greve nacional em curso, a Fasubra formou o maior bloco da marcha. Na oportunidade, um grupo de grevistas realizou um tranço na entrada principal do Bloco K da Esplanada dos Ministérios, onde fica o MGI. Foi uma ação de grande importância que fez o governo agendar a primeira reunião com o movimento grevista. Nesta reunião, realizada no período da tarde, além de dizer que não abrirá uma mesa de negociação da greve, o governo burguês de Lula/Alckmin assumiu que sequer realizou os estudos de viabilidade previstos no Termo de Acordo N.º 11/2024, demonstrando que estava determinado a não implementar os itens acordados e, portanto, a descumprir o acordo de greve.

No mesmo instante, em outro local, ocorria uma reunião do governo com as centrais sindicais, onde o presidente Lula assinou

um PL de Regulamentação da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva no setor público. O ato visava exemplificar a “vantagem” da política eleitoral de colaboração de classes, o que foi abalado pelo descaso do governo nacional-reformista com os trabalhadores técnico-administrativos em educação.

A Corrente Proletária/POR participou da marcha e do tranço como parte da caravana da Fasubra. A distribuição do Manifesto Massas foi essencial para combater a política das burocracias colaboracionistas. No manifesto, criticamos a sujeição das reivindicações às manobras eleitorais, parlamentares e governamentais, bem como a realização do 1º de Maio de forma fragmentada, e defendemos a convocação de um Dia Nacional de Luta, organizado sobre a base das assembleias sindicais e populares

Manifesto do Partido Operário Revolucionário à “Marcha da Classe Trabalhadora”

Que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua em todo o país

Que seja um Dia Nacional de Luta preparado por assembleias sindicais e populares

Que as reivindicações sejam discutidas desde os locais de trabalho e aprovadas coletivamente em assembleias

Que seja constituído um comitê nacional baseado nas assembleias

Que o método de luta e o objetivo do movimento correspondam à organização independente e à ação direta da classe operária e dos demais trabalhadores

Que as centrais, sindicatos e movimentos populares não sirvam de instrumentos da política eleitoral e das disputas interburguesas pelo poder do Estado

Que a “Marcha da Classe Trabalhadora” apoie a greve dos Técnico-administrativos da Fasubra e exija do governo Lula o cumprimento do Termo de Acordo de Greve n.º 11/2024

Que o 1º de Maio seja o ponto de partida para a organização do movimento que realizará o Dia Nacional de Luta

Esse Manifesto discorda da estratégia política estabelecida pela Conclat de utilizar a “Marcha da Classe Trabalhadora” para fins eleitorais, parlamentares e governamentais. Discorda também da orientação sobre a realização do 1º de Maio de forma descentralizada e fragmentada.

A crise econômica marcada pela guerra comercial, as contrarreformas antioperárias e antipopulares, o intervencionismo militar dos Estados Unidos e as guerras em curso exigem que as centrais, sindicatos e movimentos populares superem o divisionismo e organizem a marcha unitária dos explorados em defesa de um programa próprio de reivindicações e uma estratégia política que expresse a independência de classe dos oprimidos diante de todas as variantes da política burguesa e de seus governantes.

O ponto de partida da unidade na luta tem por base: 1) o emprego a todos; 2) o salário mínimo vital; 3) o restabelecimento e avanço dos direitos trabalhistas; 4) a moradia, saúde e educação. Esses quatro pilares de defesa das condições fundamentais de existência dos assalariados e demais oprimidos estão em completa oposição ao regime capitalista de exploração do trabalho e a toda forma de governabilidade burguesa.

A persistência da Conclat em subordinar o programa de reivindicações ao Congresso Nacional e ao governo de plantão afasta os trabalhadores dos sindicatos e reforça a política patronal de bloquear a revolta instintiva dos oprimidos, que suportam a pesada carga dos baixos salários, do desemprego, do subemprego, da terceirização, da informalidade e, portanto, da marginalização de milhões de jovens diante da produção.

A afirmação da direção da CUT de que “70% dessa pauta (refere-se à Conclat de 2022) foi implementada pelo governo desde 2022 e foi encaminhada e está em tramitação/deliberação no Congresso Nacional” comprova a subordinação das centrais, sindicatos e movimentos à governabilidade burguesa. Está claro que nada mudou

significativamente na situação de superexploração do trabalho, de alta concentração de riqueza em poder da minoria capitalista, de permanência da pobreza e miséria da maioria oprimida e das enfermidades sociais próprias do capitalismo em decomposição.

As migalhas que foram distribuídas da farta mesa dos proprietários dos meios de produção têm servido tão somente para ocultar os interesses dos exploradores e a politicagem dos governantes que servem a esses interesses. É o que mostram “a política de valorização do salário mínimo, a política de igualdade salarial entre mulheres e homens; a retomada e ampliação do Bolsa Família, a reforma tributária, isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000,00” etc. Basta ver o valor do salário mínimo apresentado pelo Dieese de R\$ 7.425,00 e o do governo Lula de R\$ 1.621,00 para se ter a comprovação de que se trata de uma migalha. É falso que a igualdade salarial entre homens e mulheres tem sido garantida. O Bolsa Família não passa de um tapa buraco no precipício da miséria. A isenção do Imposto de Renda para uma parcela dos trabalhadores não alterará substancialmente o poder de compra dos salários, mas os poderosos capitalistas continuarão a ser sub-taxados (manteve-se o IR regressivo, sendo que os assalariados como um todo não deveriam arcar com o IR).

As centrais, sindicatos e movimentos têm a função e o dever de organizar a luta para arrancar dos exploradores e governantes as reivindicações da classe operária e não a de esmolar nas portas dos Três Poderes em Brasília. As reivindicações de redução da jornada sem reduzir os salários e o fim da escala 6x1 são, de fato, parte do programa próprio dos trabalhadores. É preciso, no entanto, não subordiná-las ao jogo eleitoral, parlamentar e presidencial.

A jornada e o salário estão intimamente ligados. A contrarreforma trabalhista de Temer tornou mais grave essa relação em favor da exploração capitalista da força de trabalho. A expansão da terceirização é a forma mágica encontrada pelos administradores do capital para manter a exaustiva jornada de trabalho e pagar salários menores. Vem sendo aplicada, inclusive, nos serviços públicos. Não se pode combater a pejetização, como declara a Conclat, sem se lutar pela derrubada da contrarreforma trabalhista. Ocorre que Lula assumiu a continuidade de sua implantação, bem como à da Previdência, de Bolsonaro. É nessas condições de brutal exploração da maioria que se mantém mais de 40% da força de trabalho na informalidade.

As direções das centrais e sindicatos se sujeitaram às contrarreformas e se opõem à organização de um movimento pelo fim das contrarreformas trabalhista e previdenciária. De forma que se adaptaram ao continuísmo do governo nacional-reformista do PT. O que na prática significa capitular diante das contrarreformas dos governos pró-imperialistas de Temer e Bolsonaro.

Os trabalhadores técnico-administrativos federais estão em greve exigindo o cumprimento do acordo de 2024. O que mostra a face antitrabalhadora do governo Lula, que sequer cumpre os termos do acordo de greve com a Fasubra. Esse é o momento para as centrais exigirem que Lula cumpra o acordo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa da “Marcha da Classe Trabalhadora” pela redução da jornada sem redução dos salários e fim da escala 6x1; pelo combate à pejetização; pela aplicação da lei do trabalho igual, salário igual e pela proteção à vida das mulheres, defendendo a convocação de um Dia Nacional de Luta, organizado sobre a base das assembleias sindicais e populares. Chama os trabalhadores e a sua vanguarda com consciência de classe a rejeitarem a sujeição das reivindicações às manobras eleitorais, parlamentares e governamentais. Sobre essa base o POR defende:

- 1) Realização de um 1º de Maio unitário, classista e internacionalista;
- 2) Que o 1º de Maio esteja voltado à convocação de um Dia Na-

cional de Luta, com paralisações e manifestações de rua;

3) Que as reivindicações do 1º de Maio se concentrem na defesa da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), fim da escala 6x1, elevação do salário mínimo de acordo com as necessidades da família trabalhadora, fim da terceirização e efetivação dos terceirizados, revogação da reforma trabalhista e previdenciária, não à reforma administrativa, plano de construção de moradias populares aprovado pelas assembleias, combate às privatizações e estatização sob o controle operário dos ramos fundamentais da produção;

4) Que as reivindicações internacionalistas do 1º de Maio se concentrem na luta anti-imperialista pelo fim das guerras de dominação; direito à autodeterminação das nações oprimidas; apoio incondicional à resistência do Irã contra os bombardeios dos Estados Unidos e Israel; imediata retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano; fim do genocídio do povo palestino; por uma paz sem anexação sob a unidade re-

volucionária da classe operária ucraniana e russa para pôr fim à guerra na Ucrânia; expulsão do imperialismo norte-americano da Venezuela e fim do bloqueio econômico à Cuba.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, lutemos em defesa da maioria explorada com o programa próprio de reivindicações e com o método da ação direta, que são as greves, ocupações, bloqueios e manifestações coletivas. Defendamos a independência dos sindicatos diante do Estado e de toda política burguesa. Exijamos a mais rigorosa unidade sindical na defesa das reivindicações e contra a ditadura de classe da burguesia.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, com essa posição o Partido Operário Revolucionário luta pela revolução social e pela constituição de um governo operário e camponês.

Viva um 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista!

15 de abril de 2026

 **Partido** **Campanhas do POR**

Todo apoio à greve dos técnicos das universidades federais, que completa dois meses. Que o governo Lula atenda imediatamente a reivindicação dos grevistas!

Todo apoio à greve dos funcionários (Sintusp) e estudantes da USP!



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXII - Abril/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Campanha salarial dos metalúrgicos do ABC

Quanto necessita um operário para manter sua família?

Segundo o Dieese, o salário mínimo para manter uma família de 4 pessoas, em março de 2026, deveria ser de R\$ 7.425,00. Essa é a proposta de piso salarial que a direção do sindicato deve defender na campanha salarial, mais aumento real e cláusulas sociais.

O Sindicato Metalúrgico do ABC aprovou no dia 9 de abril a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2026. Como acontece em toda campanha salarial, a burocracia além de dividir os metalúrgicos negociando de forma separada com cada bancada patronal, na pauta econômica, se limitou a reivindicar o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 1,75%, acumulado entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026 e aumento real.

O Piso salarial dos metalúrgicos do ABC é menos de 1/3 do que deveria ser o salário mínimo divulgado pelo Dieese. Ao defender

o reajuste da inflação do período e uma migalha de aumento real, a direção condena os operários a sobreviverem com um salário miserável, que não mantém as necessidades básicas de suas famílias. Com o salário que recebem, os trabalhadores pagam o aluguel, a conta de água, energia, gás, fazem uma pequena compra e acabou o dinheiro. Por outro lado, o preço da energia, da água e alimentos aumentaram muito acima da inflação mentirosa divulgada pelo governo. O pior é que a direção sindical e o governo ainda têm a cara de pau de dizer que a vida dos trabalhadores tem melhorado. A economia está crescendo apenas para os empresários, para os patrões, que estão enchendo o bolso de dinheiro, superexplorando a classe operária.

Por que a direção do sindicato não defende o piso salarial de R\$ 7.425,00, apresentado pelo Dieese?

Os operários e operárias, metalúrgicos do ABC, químicos, borracheiros, setor de alimentação devem fazer essa pergunta para os diretores do sindicato no chão de fábrica e exigir que defendam essa reivindicação. Basta de piso salarial de miséria! O Boletim Nossa classe defende a luta unificada dos metalúrgicos do ABC e demais trabalhadores por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora, com escala móvel de reajuste - aumentam os preços, aumenta automaticamente o salário.

Outra bandeira fundamental na campanha salarial é a defesa do emprego a todos os trabalhadores. Para isso, é necessário acabar com a escala 6x1 e lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial (escala móvel das horas de trabalho), e a estabilidade para todos os trabalhadores. Defender a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e colocar fim a terceirização.

Direção sindical usa a campanha salarial para fazer campanha eleitoral

Uma das pautas da campanha salarial deste ano, aprovada pela burocracia sindical, foi a “ampliação da representação no Congresso Nacional”. Ou seja, a burocracia sindical deixa claro que não está preocupada em defender os salários, empregos e direitos dos operários e sim eleger seus candidatos para o Congresso Nacional. Moisés Selerges, ex-presidente do sindicato, já anunciou sua candidatura a deputado estadual. Como já denunciemos, esses burocratas utilizam o sindicato como trampolim político, pensando apenas em seus próprios interesses econômicos.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas. Devemos acreditar apenas em nosso método próprio de luta que é a greve, a ação direta, para defender os empregos, salários e direitos. A tarefa colocada para a classe operária é a de construir nosso próprio partido, operário revolucionário, que tem como estratégia a revolução proletária e a constituição do governo operário e camponês.

São Paulo - ABC

O Acordo na GM de São Caetano: a ilusão da PLR e a moagem de trabalhadores

A recente aprovação da Participação nos Resultados (PR/PLR) de R\$ 20.780 na General Motors em São Caetano do Sul tem sido alardeada pela burocracia sindical como uma grande vitória. No entanto, no capitalismo, o patrão não distribui lucros. Ele apenas repassa migalhas da mais-valia extraída do suor dos trabalhadores.

O ponto mais nefasto desse acordo é a aprovação de um Programa de Demissão Voluntária (PDV), focado especificamente em funcionários lesionados, aliado a rigorosas metas de “absenteísmo”. A dinâmica é clara: a GM impõe um ritmo alucinante nas linhas de montagem para garantir a meta de 102 mil veículos, mói os ossos, nervos e músculos dos trabalhadores e, depois de adoecê-los, oferece um PDV para descartá-los como peças de reposição defeituosas.

Governo burguês de Lula, como os anteriores, avança com as demissões e precarização nos Correios

Aprovar imediatamente a greve nacional dos Correios contra as demissões e a privatização!

Em 8 de abril, encerrou o processo de adesão ao PDV promovido pela direção dos Correios, no qual aderiram 3075 trabalhadores, ou seja, 30% do almejado pela empresa. A pressão para que os trabalhadores peçam demissão é brutal. A expectativa dos Correios é a de que o PDV, somado a outras medidas implementadas no primeiro trimestre, gerará uma economia adicional de R\$ 508 milhões anuais, que serão utilizados para pagar os banqueiros capitalistas como parte do empréstimo de R\$ 12 bilhões adquiridos para financiar o desmonte dos correios.

O destrutivo “plano de reestruturação” dos correios, ou seja, as demissões e retirada de direitos dos trabalhadores, tem como pano de fundo a crise geral do capitalismo em decomposição e o desmonte sistemático das estatais e do serviço público para sua privatização. Soma-se a demissão em massa, o plano de leilão de 16% dos prédios da estatal, o que significa o fechamento de mil das seis mil agências dos Correios.

Esse plano de reestruturação ataca severamente as condições de vida dos trabalhadores da estatal, na medida em que empurra milhares desses trabalhadores para o desemprego e a posterior dificuldade de conseguir outro trabalho. Impõe também os ataques do governo burguês de Lula, como fez Temer e Bolsonaro, aos trabalhadores efetivos e terceirizados nas estatais. As contrarreformas trabalhista e a lei da terceirização são um verdadeiro massacre dos governos burgueses e da patronal aos trabalhadores, com demissões em massa, redução de salários, destruição das condições de trabalho e sucateamento, no caso dos Correios para posterior privatização. O combate a esses e outros ataques só pode ser travado com os métodos próprios de luta da classe operária, que consiste na greve, a paralisação dos serviços e a defesa da unidade entre terceirizados e efetivos.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores dos Correios a exigirem que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, como preparação da greve geral! Pelo fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados! Contra a privatização dos correios e reestatização das estatais privatizadas, sem indenização aos capitalistas e sob o controle operário.

Simultaneamente, ao atrelar o pagamento da PLR à assiduidade e punir faltas (jogando a fátia de quem faltou para quem esteve presente), a empresa cria um mecanismo cruel de vigilância mútua. O trabalhador doente é forçado a ir trabalhar para não perder o dinheiro e não ser hostilizado. Contra a destruição física e mental dos operários, a resposta não pode ser a demissão (PDV), mas sim a escala móvel de horas de trabalho: diminuir o ritmo da produção e a jornada de trabalho sem nenhuma redução salarial, garantindo o emprego de todos e preservando a saúde dos operários.

A PLR é uma manobra da burguesia para evitar a incorporação de aumentos reais no salário-base. Eles transformam um direito em um “prêmio” condicionado a metas abusivas. Mais grave ainda é a cláusula que diz que, em caso de “queda acentuada da demanda”, as partes poderão rever as metas de produção. Ou seja, a GM quer que o trabalhador pague pela crise do mercado capitalista.

O Sindicato, ao cancelar a demissão disfarçada de lesionados e aceitar a submissão dos rendimentos às chantagens de absen-

teísmo, atua como uma correia de transmissão dos interesses da GM dentro da fábrica. A direção sindical não organiza os trabalhadores para o combate, mas para a submissão aos ditames da multinacional.

Nenhuma demissão de companheiro lesionado! Fim do assédio moral travestido de meta de assiduidade! Incorporação integral dos valores da PLR ao salário-base!

São Paulo

A falsa crise da Braskem e a resposta dos trabalhadores

A narrativa do mercado e da grande mídia tenta pintar a venda da Braskem como uma “reestruturação” necessária. Os bancos privados querem pular fora para não perder dinheiro, enquanto o governo (via BNDES e Banco do Brasil) quer usar os cofres públicos para “salvar” a empresa e passá-la para novos donos. Mas, olhando para os dados reais da própria empresa e para a necessidade de quem trabalha, notamos que a história é bem diferente.

Sempre que os empresários querem cortar direitos ou repassar custos para o Estado, eles dizem que a empresa “está quebrando”. No caso da Braskem, os próprios relatórios da empresa mostram que as fábricas continuam operando a todo vapor e gerando bilhões em receita. A “crise” não é falta de dinheiro; ocorre que todo o dinheiro gerado pelo suor de quem trabalha está sendo sugado por manobras financeiras. A primeira exigência deve ser o fim do segredo comercial: abrir os livros de contas para que os trabalhadores e a população vejam exatamente para onde estão escoando esses bilhões.

A Braskem acumula uma montanha de dívidas. Quando os bancos públicos entram na jogada para “revitalizar” a empresa, eles estão, na prática, pegando o fundo público (o nosso dinheiro) para garantir que os banqueiros e investidores não fiquem no prejuízo. Ao longo dos anos, a Braskem distribuiu lucros absurdos para seus acionistas, como a Odebrecht (Novonor) e os fundos

O futuro da classe operária não se negocia em parcelas que custam a saúde dos trabalhadores. A verdadeira vitória só virá a partir da construção de Comitês de Fábrica, com delegados eleitos pela base e mandatos revogáveis a qualquer momento, para impor o controle operário sobre a produção e frear a máquina de moer trabalhadores da General Motors!

de investimento. Enquanto os ricos enchem os bolsos, a empresa deixava um rastro de destruição, sendo o maior exemplo o crime ambiental que afundou bairros inteiros em Maceió. Por isso, a saída não é o governo comprar a parte deles ou ajudar a vender para outro grupo. A exigência justa é a expropriação (o confisco) da empresa sem pagar nenhuma indenização aos capitalistas, que já lucraram e destruíram o suficiente.

As fábricas da Braskem são gigantescas e continuam inteiras. O problema é quem decide o que fazer com elas. Em vez de produzir para pagar juros aos banqueiros, a produção deveria atender às necessidades do país (infraestrutura, saneamento, saúde). Mas quem pode garantir isso não são diretores engravatados em conselhos fechados de “democracia artificial”. O controle precisa passar para as mãos dos operários que batem ponto e conhecem o chão de fábrica.

Para conseguir essas conquistas, o caminho nunca é o dos acordos de cúpula com o governo ou o parlamento. A história mostra que os trabalhadores só avançam quando confiam em suas próprias forças, organizando ações diretas. É na construção de assembleias gerais reais e soberanas, parando a produção, organizando tranços e piquetes, que se constrói a força coletiva necessária para barrar o saque dos capitalistas.

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

ACESSO O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRAVÉS DO QR CODE



São Paulo - Notas do Boletim da Corrente Proletária –funcionários de escola **Unidade dos funcionários com os professores** *Que a Afuse e Apeoesp convoquem as assembleias unitárias*

A educação pública, a cada ano que passa, é mais sucateada, seja, pelo arrocho salarial, pelo avanço da terceirização e pelas contratações temporárias. Está para ser votada a reforma administrativa na Assembleia Legislativa. Até o momento, a direção da Afuse está ignorando os ataques do governo Tarcísio/Feder. A reforma administrativa tem como objetivo pôr fim à estabilidade no emprego do funcionalismo público. Na história temos muitas lições de como os trabalhadores da educação pública conquistaram os direitos através da luta coletiva, com muitas greves. Hoje as direções sindicais apostam na farsa das pressões parlamentares. Sendo que é preciso urgente retomar os métodos próprios dos trabalhadores.

A Fasubra, sindicato dos técnicos administrativos federais, está em greve, a Apeoesp convocou uma assembleia/ato para o dia 28 de abril. O Sinpeem fará nova assembleia também no dia 28. E a Afuse? A sua direção se recusa a convocar a assembleia e rejeita a unidade com os setores da educação que estão em movimento. Em palavras, diz que é contra as medidas de Tarcísio, mas na prática não move uma palha para organizar os funcionários de escolas.

Chega de palavreado de burocratas! Os militantes do Boletim da Corrente Proletária chama os funcionários (efetivos, contratados e terceirizados) a exigir que a direção do sindicato rompa com o imobilismo e convoque a assembleia geral e se coloque pela unidade com os demais trabalhadores da educação.

Um ato de fachada

No dia 10 de abril, aconteceu o ato unificado do funcionalismo público em São Paulo, em frente ao prédio da Fazenda. Foi um ato das burocracias que dirigem os sindicatos. A própria direção da Afuse informou que era um ato para quem quisesse ir, porque não havia dispensa de ponto.

No mesmo dia, a Apeoesp realizou a reunião do Conselho Estadual e no final da tarde uma assembleia. Uma divisão escancarada. O ato terminou na Praça da Sé de forma melancólica, com alguns dirigentes sindicais, mas sem a presença dos funcionários públicos.

Pela conduta e política dessas direções sindicais, o governador continua de mãos livres para impor a reforma administrativa, que visa a eliminação da estabilidade e de poucas conquistas que restam.

Responder ao descontentamento com a organização da luta

Não existe atalho para conquistar as reivindicações. Para os funcionários de escola, há dois obstáculos: o governo que desmonta e privatiza a educação e os serviços públicos e a direção do

sindicato que pratica a mais descarada colaboração de classes, ao recusar a organização desde as escolas.

Tarcísio segue em frente com seus ataques. Em 2026, colocou o cargo de Agente de Organização Escolar em extinção e lançou o Banco de Talentos (Banco dos temporários). Ou seja, imposição dos contratos temporários por um ano. Como responder?

É evidente que pressão aos deputados não resolve, porque a grande maioria é prestadora de serviços para Tarcísio em troca de benefícios. Fazer barulho na internet não atinge o funcionário de escola, que não tem tempo para ficar nas redes sociais. Discursar em favor de arrumar votos para seus candidatos, como faz a maioria dos dirigentes sindicais, já provou que não passa de demagogia eleitoreira. E qual é o caminho?

O único caminho é apostar na força coletiva dos trabalhadores da educação. Para isso, é importante a construção de uma oposição sindical classista e de luta. A Corrente Proletária vem se esforçando para reunir os funcionários descontentes. Sem uma oposição, a direção da Afuse continuará usando o sindicato para seus interesses e não para os interesses dos funcionários de escolas.

O sindicato é um instrumento de luta dos trabalhadores. Quem anula os sindicatos são as direções burocráticas e colaboracionistas. A nossa tarefa é recuperar esse instrumento para que possa defender as reivindicações vitais dos funcionários. Para isso, é preciso organizar uma oposição sindical combativa.

Rio Grande do Norte

Campanha do Boletim da Corrente Proletária junto aos trabalhadores da educação

O Boletim mostra que o grande número de exonerações de novos professores convocados na rede municipal de Natal é reflexo da precarização do trabalho, com a introdução de um novo regime de trabalho, ao fragmentar a categoria em três regimes. Além disso, assinala que a motivação que leva os professores a pedirem para sair da rede são os baixos salários (perdas chegam a mais de 60%), não cumprimento do repasse do Piso, aumento da jornada de 20h para 30h e condições de trabalho, sobrecarga dos professores da lei 241, parte dos quais têm dificuldades de exercer outro vínculo. O Boletim coloca como reposta que esses graves ataques só serão respondidos por meio da luta unitária, em torno da reivindicação de fim da fragmentação em três regimes, e chama a categoria a lutar pelas 20h para todos.

O Boletim também traz algumas denúncias, como a falta de professores na rede estadual, fruto da demissão em massa ocorrida no início do ano de professores temporários por parte do governo Fátima (PT). E o não pagamento dos salários dos novos convocados do último concurso.

Faz parte da campanha da Corrente Proletária a exigência de filiação ao sindicato dos professores temporários.

Diante da eleição no Sinte-RN, coloca a necessidade construir uma chapa unificada de oposição, classista e combativa, para organizar os trabalhadores para a luta, com independência dos governos e prefeituras. Por fim, denuncia os ataques do prefeito de São Gonçalo do Amarante, Jaime Caldo, que impõe uma grande ofensiva contra os servidores públicos do município, como o ponto eletrônico com descontos salariais, aumento da jornada para 8h para os servidores funcionários de escola, superexploração aos terceirizados, escolas sucateadas e tentativa de imposição do odioso sábado letivo. Chama a vanguarda combatida a se colocar pela unidade dos trabalhadores da educação, a lutar pela efetivação dos terceirizados, a combater a superexploração do trabalho e a defender a escola pública diante das medidas privatizantes dos governantes.

Santa Catarina

Movimento estudantil da UFFS sob direção governista

Os estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul de Chapecó/SC realizaram eleição para diretoria do DCE, sendo a eleita a chapa da UJS/PCdoB. Essa universidade é uma das que foram criadas nos primeiros dois mandatos do Lula, em 2009, como parte de sua política de expansão do ensino superior e, como várias delas, tem muitas dificuldades para se manter.

DCE da UFFS elegeu uma diretoria governista Em defesa da autonomia do movimento estudantil!

Na recente eleição da diretoria do DCE foi eleita a chapa 2, vinculada à UJS/PCdoB, partido da base do governo Lula. Em que esta escolha afeta o movimento estudantil da UFFS? Essa direção sendo apoiadora do governo burguês do Lula – um dos responsáveis pelo desmonte da universidade, pela falta de professores e pela terceirização generalizada – não dará um passo para impor as reivindicações estudantis para não se chocar com a política do governo. Assim, o movimento dos estudantes de Chapecó não terá à frente de sua entidade uma direção autônoma que defenda intransigentemente os interesses dos estudantes. Ao contrário, como já

se demonstrou nas primeiras assembleias para discutir a situação do RU, faz e fará de tudo para acobertar a responsabilidade do governo Lula, desviando para qualquer outro lado a revolta estudantil. É o modus operandi desta corrente que, há décadas, controla o movimento estudantil e a sua organização nacional, a UNE.

Trata-se de uma situação adversa que os estudantes da UFFS terão de enfrentar para que sua entidade assuma a defesa da universidade, das reivindicações urgentes, do ensino público e gratuito e enfrente a burocracia universitária e a política privatista do governo Lula. Quer dizer, para que o movimento estudantil tenha uma postura autônoma, terá de enfrentar e derrotar a política de sua entidade, que é de colaboração de classes.

Esse enfrentamento exige a organização de uma oposição ativa à diretoria, uma frente que defenda consequentemente a universidade pública e gratuita, o que se traduz na defesa de um único sistema público, ou seja, que estatize, sem indenização, todo o sistema privado de ensino.

RU fechado: que a universidade assuma a gestão direta

Os problemas recentes no RU terceirizado provocaram a legítima revolta dos estudantes. Na assembleia, realizada para discutir esse problema, a diretoria do DCE isentou de qualquer responsabilidade à reitoria e jogou toda a culpa na empresa prestadora do serviço. Além disso, propôs que, no caso do RU voltar a fechar, os estudantes realizem a “cozinha solidária”, que arrecadem contribuições “solidárias” e que eles próprios cozinhem.

São Paulo

Boletim da Juventude em Luta

O Boletim Juventude em Luta, de abril, distribuído em universidades de São Paulo, divulgou as seguintes notas: Agravam-se as guerras de dominação sob o comando do imperialismo norte-americano; Desastres do Ensino a Distância (EaD); Como a juventude deve se posicionar diante da corrida eleitoral; A juventude tem de lutar pelo fim da escala 6X1; Todo apoio à greve dos funcionários da USP; Ponto de partido da luta contra o feminicídio está em reconhecer suas raízes de classe.

Reproduzimos algumas notas a seguir.

Desastres do Ensino a Distância (EaD)

A justificativa de que o Ensino a Distância veio para possibilitar o acesso aos estudos a milhões de jovens trabalhadores - empregados, desempregados e subempregados - cai por terra diante das seguintes constatações: baixíssima aprendizagem e enorme evasão.

O estudo mecânico, altamente individualizado e completamente desvinculado da produção social não permite a assimilação de conhecimentos e o desenvolvimento elementar do raciocínio analítico.

Criaram-se gigantescas empresas comerciais de EaD. Esse é o verdadeiro motivo do Estado burguês e seus governantes impulsionarem essa modalidade contraposta ao ensino presencial. Emergiu sobre a base da ampla privatização do ensino superior e do avanço das novas tecnologias. O que resultou na penetração e contaminação do sistema público universitário. Aumentou-se, assim, a substituição das matrículas do ensino presencial em favor

A diretoria do DCE manifesta, desta forma, a política de colaboração com o governo e com a burocracia universitária. Esconde que a responsabilidade pelo problema é da reitoria e do governo, porque o problema não é a incompetência da empresa terceirizada, mas sim a terceirização. Ou seja, a política dos governos, que inclui o de Lula, de cortar recursos das universidades, terceirizar os serviços de suporte e manutenção.

O governo Lula manteve, nesses três mandatos, a orientação burguesa de privatização das universidades, que consiste em degradar e desmontar o sistema público de ensino e estimular o crescimento das empresas privadas no ensino superior.

O resultado dessa política está demonstrado no último censo da educação superior 2023-2024, que mostra o grau de privatização a que se chegou no Brasil. De acordo com esse Censo, 80% das matrículas no ensino superior são em instituições privadas e apenas 20% nas públicas. Mas a situação se torna mais grave quando se compara pela natureza das instituições, pois 88% delas são privadas e somente 12% são públicas.

Como se vê, a política privatista é a razão mais profunda dos problemas do RU da UFFS, e não apenas a incompetência da empresa prestadora de serviços. Por isso, o movimento estudantil não pode se limitar a reivindicar a troca da empresa terceirizada, mas exigir que o RU seja um serviço direto prestado pela própria universidade. Os estudantes estão diante da tarefa de lutar para impor essa linha de resistência e de combate à diretoria do DCE, que tudo fará para acobertar as responsabilidades da reitoria e do governo.

do ensino a distância, a ponto de 50,7% das matrículas no ensino superior serem não-presenciais em 2024. Desse montante, 95,9% estão na rede privada.

A evasão de 41,9% na rede privada e 32,2%, na pública indica uma reação social à farsa de que o ensino a distância supriria as ne-

FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude



POR **MASSAS**

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

cessidades de uma grande parcela da juventude oprimida. Nesse fenômeno, se manifesta o contundente número de 4 abandonos em cada 10 alunos da EaD.

Essa situação calamitosa não tem sido respondida pelo movimento estudantil, porque suas organizações (UNE, UBES, UMES, CAs e DCEs) são controladas por direções políticas subordinadas à governabilidade burguesa e corrompidas até a medula.

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil luta pela organização de um movimento em defesa de um sistema único de ensino público, controlado por quem estuda e trabalha. O fim do controle da educação por corporações empresariais e estatização geral é o caminho para abrir as portas do ensino superior a todos os jovens. O EaD contraposto ao ensino presencial deve ser abolido e a tecnologia aplicada às condições sociais da aprendizagem por meio da escola pública. O Boletim da Corrente chama os estudantes a fortalecerem a luta por libertar as organizações estudantis das direções que se sujeitam ao ensino privado.

A juventude tem de lutar pelo fim da escala 6X1

A tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que acaba com a escala 6X1 continua repressada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Deputados. O governo Lula enviou um Projeto de Lei para que fosse decidida imediatamente a tramitação. O presidente da Câmara, Hugo Motta, o rejeitou. Essas manobras legislativas e governamentais ocorrem sob a pressão dos empresários que querem manter a brutal escala de trabalho. As forças políticas acusam uma as outras de utilizar o fim da escala 6x1 eleitoralmente.

Como se vê, os trabalhadores e, em particular, a juventude, têm de sair às ruas em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e do fim da escala 6x1. As manifestações ocorridas em Brasília e São Paulo, no dia 15 de abril, devem ser fortale-

cidas com a massiva mobilização da juventude, que precisa combinar o trabalho com os estudos. Os Centros Acadêmicos, DCEs, UNE e UBES devem constituir um comitê nacional e comitês locais para impulsionar o movimento e as manifestações de massa.

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil defende o fim da escala 6X1 e a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Que a juventude luta pela combinação do trabalho com os estudos.

Todo apoio à greve dos funcionários da USP

O Reitor Aluísio Segurado, recém-eleito, decidiu conceder um adicional de R\$ 4.500,00 a uma parcela dos docentes que “assumirem projetos considerados estratégicos”. Os funcionários que amargam um congelamento salarial reagiram exigindo “isonomia”. O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (SINTUSP) exige a reposição integral das perdas calculadas pela inflação desde 2012. Assim, a greve se instalou.

O DCE saiu em apoio aos funcionários. Em protesto, uma parcela significativa dos estudantes paralisou. O movimento estudantil ganhou força levantando suas próprias reivindicações. O Reitor não só tem sido discricionário em relação aos funcionários como também iniciou uma ofensiva contra os Centros Acadêmicos. Lançou mão do que denominou “Termo de Permissão de Uso” do espaço da Universidade. Pretende que o espaço utilizado pelos Centros Acadêmicos e suas atividades de sustentação financeira como xerox e lanchonetes sejam controlados pela administração e impõe norma de uso de forma a poder revogar a qualquer momento. Está aí uma medida burocrática repressiva ao movimento estudantil.

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil defende a greve dos funcionários e dos estudantes contra as arbitrariedades do novo Reitor. E chama os professores da Adusp a apoiarem com mobilização a greve. Chama os estudantes das demais universidades públicas e privadas a lutarem em favor do fortalecimento do movimento grevista dos trabalhadores e da juventude.



Camarada Fernando, presente!

O Partido Operário Revolucionário recebeu no dia 23/4 a triste notícia do falecimento do companheiro Fernando Antônio Tomaz Aquino Pessoa, militante do partido em Minas Gerais. Segundo informações da família, Fernando teve um aneurisma cerebral no dia anterior, quando estava dirigindo – supomos que estava trabalhando, pois era motorista de aplicativo. Foi encontra-

do desacordado pelo Samu, levado a um hospital em Divinópolis, ficando inconsciente até a morte cerebral.

Fernando era um militante antigo. Seus relatos dão conta de que passou pela Convergência Socialista. Chegou a morar em São Paulo, na região do ABC – era carioca. Anos mais tarde, já no estado de Minas Gerais, tornou-se militante expressivo do PT na cidade de Pará de Minas e região. Passou pela corrente Esquerda Marxista, depois denominada OCI (Organização Comunista Internacionalista). Foi candidato a prefeito de Igaratinga em 2012.

Foi um destacado membro do Sinpro Minas (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais), que representa os do-

centes da rede privada – integrou a direção do sindicato por duas gestões. Era professor da área de Exatas. Sua atuação sindical e de esquerda não passou despercebida na região, ao ponto de ter sido demitido por suas declarações públicas contra políticos da ultradireita – o que o motivou a trabalhar como motorista de aplicativo.

Em 2023, insatisfeito com os caminhos trilhados pela OCI, passou a militar no POR, organização que passou a defender com unhas e dentes. Conhecia bem o marxismo e os textos de Trotsky, em particular. Era um estudioso dos clássicos e dos documentos do próprio partido. Participava assiduamente dos cursos virtuais de formação política do partido. Esteve muito recentemente em São Paulo (em março), para participar do XVIII Congresso do POR.

Constantemente se referia à precarização a que estão submetidos os motoristas de aplicativo. Lamentava a falta de representação sindical classista nesse setor. Ao mesmo tempo, sabia conectar as reivindicações elementares dos trabalhadores com as questões mais gerais da política. Sua última contribuição escrita para o *Journal Massas* tratava da candidatura de Zema à presidente da República.

O camarada certamente fará muita falta. Era um construtor do POR em Minas Gerais. Ferrenho crítico do reformismo, defendia com ardor as consignas do partido em que militava. Os oprimidos acabam de perder um lutador, um revolucionário trotskista. Camarada Fernando Pessoa, presente! Hoje e sempre!

Nesta edição:

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI):

1º de Maio operário, socialista e internacionalista;

Bolívia:

Quais eixos devem estabelecer o grande cabildo da cob?;

Assimilando o socialismo científico:

Materialismo histórico.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

1º de Maio operário, socialista e internacionalista

A crise da humanidade se encontra na crise de direção da classe operária, chamada a dirigir a rebelião dos povos contra a barbárie imperialista

Os trabalhadores e os povos oprimidos estão diante do agravamento acelerado das tendências à guerra mundial. A decomposição do imperialismo e o retrocesso dos EUA como potência hegemônica os levam a desencadear a fúria militar e econômica em todo o mundo para tentar restaurar seu poder. Desde a agressiva guerra comercial com tarifas elevadas até as intervenções militares abertas, em todos os continentes, o imperialismo viola todas as regras e acordos. Os Estados Unidos abandonam os organismos internacionais e rompem acordos de várias décadas para impor o uni-

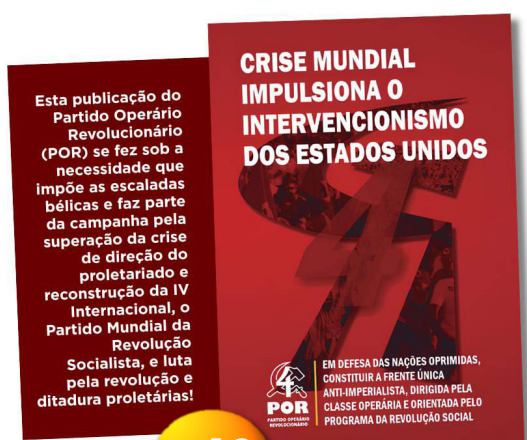
lateralismo. Seu objetivo principal é atingir a China, procurando impedir que continue se desenvolvendo, fechando todas as suas rotas, impedindo seu abastecimento e enfraquecendo sua economia.

Trump, em sua fúria fascista, chegou a ameaçar com a aniquilação da civilização persa caso não aceitasse suas imposições, ameaçou provocar um genocídio de sua população e destruir a infraestrutura do país. Ameaçou reproduzir, em uma escala mais ampla, o genocídio perpetrado contra o povo palestino pelo sionista Netanyahu, com o apoio militar e financeiro indispensável dos EUA e seus sócios imperialistas.

Nesse desespero, rompe com seus principais aliados imperialistas, ameaça romper a OTAN, ameaça o Canadá, México, Colômbia, Brasil... E conta com o apoio de governos lacaios como Milei na Argentina, Kast no Chile, Paz na Bolívia, Peña no Paraguai. Em seu desespero, também reforça o autoritarismo interno, reprimindo fortemente os imigrantes e passando por cima das instituições e aprofundando a crise. O imperialismo busca desenfreadamente se apoderar de nossos recursos naturais, pisoteando a soberania nacional, pressionando os governos para que retirem todos os direitos dos trabalhadores. Diante de tal ofensiva, a maioria dos governos nacional-reformistas se mostra covarde e incapaz de enfrentá-lo, buscando formas de conciliação e se deslocando à direita.

As massas resistem como podem à fome, à miséria, às guerras, ao desemprego e à precarização do trabalho. Ocorrem enormes mobilizações em todo o mundo contra o genocídio em Gaza, contra a guerra no Irã, contra o crescente armamentismo. Mas não é suficiente. É necessário contar com uma direção internacional que centralize politicamente as lutas com a perspectiva de derrubar o capitalismo em decomposição, que não pode ser reformado e cuja sobrevivência empurra o mundo à barbárie em todas as suas formas.

LANÇAMENTO!



Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO: (11) 95446-2020 @massas.por



É conhecida a experiência de construção da direção revolucionária: a III Internacional, edificada nos primeiros anos após a Grande Revolução Russa e, depois, burocratizada e dissolvida pelo estalinismo como resultado da colaboração e coexistência com o imperialismo. A IV Internacional foi fundada em 1938 muito enfraquecida, perseguida pelo estalinismo que eliminou grande parte de seus quadros dirigentes, inclusive aqueles que dirigiram a Revolução Russa. E sua direção, após o assassinato de Trotsky, não esteve à altura de seu programa e de suas formulações marxista-leninistas.

O capitalismo está esgotado, mas não cairá por si só. Resistirá até o último de seus dias, ameaçando destruir a humanidade. As condições de vida e de trabalho se agravam a cada ano. E serão ainda piores se o proletariado e a maioria oprimida não transformá-lo pela via da revolução socialista. O capitalismo não pode resolver suas principais contradições: nem a crise de superprodução, nem o choque entre forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção; nem tampouco manter a existência de nações soberanas submetidas à pressão da economia globalizada.

O caminho é a revolução proletária, como vem demonstrando a história. Não há caminho intermediário. Isso significa que a classe operária deve organizar-se para dirigir a luta dos oprimidos em todo o mundo, construindo frentes anti-imperialistas que tenham como estratégia a tomada do poder para iniciar a transformação da sociedade, colocando-a a serviço da grande maioria. Combatendo a ilusão na democracia burguesa, que está se desintegrando em todo o mundo, em suas eleições e parlamentos.

Essa é a responsabilidade histórica que a vanguarda revolucionária tem em suas mãos. Lutar arduamente para construir partidos revolucionários em todos os países, verdadeiros partidos-programa enraizados na classe operária, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, com a estratégia comunista de revolução e ditadura do proletariado. A classe operária necessita conquistar sua independência política, rompendo com as correntes nacional-reformistas, burguesas ou centristas, para unir e dirigir as massas oprimidas à sua libertação.

• Pela derrota do imperialismo norte-americano e de seu vassalo sionista. Impedir sua política anexionista colonialista. Fora do Oriente Médio!

• Pela defesa incondicional do povo palestino e sua luta heroica pela autodeterminação nacional. Fim imediato do genocídio! Não à paz dos cemitérios impulsionada pelos EUA. Lutar sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, unindo todos os povos e estabelecendo a convivência entre árabes e judeus.

• Pela defesa incondicional da República Islâmica do Irã diante da guerra imperialista. Todo apoio à sua resistência. Condenar os ataques terroristas dos Estados Unidos e Israel. Condenar o assassinato do Líder Supremo Khamenei e de numerosos dirigentes. Condenar o massacre de 168 crianças e professores. Pela defesa de seu direito ao desenvolvimento nuclear, inclusive à bomba atômica se assim decidirem. Condenar os bombardeiros dos EUA e Israel em junho passado às usinas nucleares. Pela defesa do Líbano, que está sendo arrasado como a Faixa de Gaza.

• Denuncia os bombardeios dos Estados Unidos sobre Iêmen, Síria, Iraque, Somália e Nigéria.

• Pelo fim da guerra na Ucrânia sob a política da classe operária. Não à paz anexionista de Trump! Unidade operária e camponesa para derrotar o cerco da OTAN à Rússia e estabelecer a autodeterminação do povo ucraniano. Deter a escalada armamentista, impulsionada pelo imperialismo norte-americano e europeu, por meio da luta de classes, da estratégia da revolução social, da tarefa de reconstituir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do objetivo histórico de edificação dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

• Pela defesa da Venezuela! Libertação do presidente Maduro e de sua esposa, restituindo-lhes os seus cargos. O motivo do intervencionismo norte-americano não foi o narcotráfico, mas o petróleo! Condenar a ação terrorista dos EUA, que bombardearam a nação irmã e sequestraram seu presidente, que mataram dezenas de pessoas no Caribe e no Pacífico, bombardeando pequenas embarcações com o pretexto de combater o narcotráfico.

• Em defesa da Revolução Cubana, bloqueada por mais de seis décadas e sufocada para que se renda. Não à intervenção e às ameaças dos EUA. Toda solidariedade ao povo cubano que padece dos piores sofrimentos.

• Fora ianques do Canal do Panamá!

• Fora a OTAN das Malvinas! Nenhuma autorização militar na Terra do Fogo ou na Antártida.

• Pelo desmantelamento das bases militares dos EUA e da OTAN na América Latina e em todo o mundos!

• Impedir o saque das riquezas dos países latino-americanos! Repudiar toda a dívida externa e as imposições do FMI, expropriar os meios de produção vitais que se acham sob o controle das multinacionais!

Viva o 1º de Maio!

Viva o Socialismo! Viva o Comunismo!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista!

16 de abril de 2026

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEBILITADOS TRABALHADORES, ORGANIZADOS SOB O LEITO DO SOCIALISMO, PODEM DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E SEUS ALIADOS.

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Abraham Leon

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Bolívia

Quais eixos devem estabelecer o grande cabildo da cob?

A Central Operária Boliviana convocou o grande cabildo nacional em El Alto de La Paz para o próximo 1º de maio. O objetivo: deliberar resoluções sobre a luta que os explorados devem enfrentar em defesa dos seus interesses e os do país diante da política antioperária, antipopular e pró-imperialista do governo neoliberal esfomeador e entreguista ao genocida Donald Trump.

Deve ser um “cabildo histórico e contundente, com respostas estruturais que provoquem mudanças fundamentais para o benefício de todas as camadas sociais do país”, assinala o primeiro ponto das resoluções do Ampliado Nacional.

Os trabalhadores estão diante de um governo empresarial, composto por representantes dos grandes latifundiários agroindustriais e o empresariado privado que hoje ocupa os principais ministérios. Uma oligarquia empresarial que, encabeçado por Rodrigo Paz, avança para realizar mudanças retrógradas no sistema econômico e jurídico do país, buscando impulsionar a economia de mercado, eliminando assim todos os vestígios da presença estatal no setor produtivo, priorizando investimentos privados estrangeiros e nacionais, para obter o controle total dos principais setores da economia. Com um “pacote de leis”, que inclui novas regulamentações sobre investimentos, hidrocarbonetos, mineração, energia etc., para consolidar o modelo econômico neoliberal que aliene toda a riqueza do país, como ouro, minerais, gás, lítio etc., que serão postos nas mãos de multinacionais imperialistas, em troca de trocados miseráveis.

Nesses 4 meses, a população testemunhou a aprovação de decretos e leis em favor dos setores endinheirados da Bolívia. A Lei de Reforma da Propriedade Agrária 157 favorece os agroindustriais. Os decretos de eliminação do imposto sobre transações financeiras e de eliminação do imposto sobre grandes fortunas, bem como a tarifa “0” para importação de máquinas e a livre exportação para empresas de processamento de carne, configuram um boicote flagrante às empresas estatais estratégicas, como YPFB (negociata de gasolina “lixo”), BOA (céus abertos), COMIBOL (promoção de mineração privada transnacional e cooperativas)

Para a maioria empobrecida, restam apenas as medidas de fome e miséria, como o fim do subsídio ao combustível (DS 5516), o congelamento salarial e o anúncio de sucateamento das empresas estatais, da saúde e da educação, que arcarão com o corte de 30% nos gastos atuais do orçamento de 2026.

Diante disso, o cabildo deve determinar a luta imediata para impedir a aprovação de leis que vendem os recursos naturais do país, pela estatização da exploração do ouro, nacionalização da mineração multinacional, estatização das grandes fazendas agrícolas e pecuárias do leste e a nacionalização dos bancos privados. Pela

proibição da exportação de alimentos caso o mercado interno não seja previamente abastecido, pelo confisco de 100% das divisas estrangeiras das exportações pelo Estado e o controle da moeda estrangeira pelo Banco Central. Pelo o aumento salarial de acordo com o custo da cesta familiar com escala móvel, pela elevação do orçamento para educação e saúde, além de outros pontos contemplados na Folha de Petição de 2026.

Na esfera política, diante da reivindicação de renúncia e saída do governo, os trabalhadores devem se diferenciar do oportunismo do esgotado “Evo Povo”, que pretende aproveitar a rebelião popular para tentar retornar às benesses do Estado burguês, imerso na poça da politicagem burguesa, disfarçado de redentor das nações indígenas originais, oprimidas e discriminadas por séculos.

O objetivo da mobilização nacional deve ser expulsar do poder a classe dominante boliviana, não apenas o governo Paz-Lara e seu grupo de ministros incapazes e corruptos.

O país, para sair de sua condição de atraso e miséria, não precisa de eleições inúteis, que apenas servem para reciclar carrascos do povo, mas de uma revolução social que leve ao poder operários, camponeses e classes médias empobrecidas, e instaure o socialismo, que significa a propriedade social sobre os grandes meios de produção e a expulsão das corporações multinacionais das fronteiras bolivianas. Esse é o objetivo estratégico do proletariado e é isso que significa “independência política”, quando se se afasta da farsa democrático-burguesa.

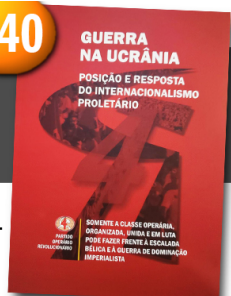
Foi acertada a posição do ampliado mineiro da FSTMB em 6 de abril, que, diante da tentativa de manipulação de grupos que representam a política burguesa de direita ou reformista pró-burguesa, decidiu manter no alto a bandeira de independência política e sindical. Assim como também foi acertada a determinação do ampliado da Central Operária Boliviana, em 7 de abril, de se firmar como direção operária revolucionária e histórica do conjunto da nação oprimida, que deve, superando desde a base as limitações conciliatórias da burocracia, marcar o rumo da luta nacional.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

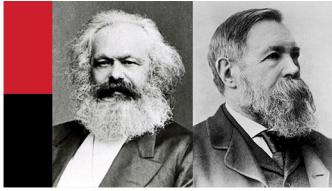
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40



A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



▶ Assimilando o socialismo científico

Materialismo histórico

Assimilando o socialismo científico

Iniciamos no Jornal Massas, nº 761, a exposição de concepção e conceitos do socialismo científico. Começamos reproduzindo os aspectos básicos do socialismo científico, como a concepção materialista da história. Incluímos uma das formulações de Lênin que consta no livro “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas”. Damos continuidade a essa exposição, selecionando passagens do livro “Materialismo e Empirocriticismo”, de Lênin.

Concepção materialista da história

“O materialismo é o reconhecimento das leis objetivas da natureza e do reflexo aproximadamente exato dessas leis no cérebro do homem. (...) Se verificamos a correspondência das leis do pensamento com as leis da natureza, isso torna-se compreensível, diz Engels, desde que se considere que o pensamento e a consciência são ‘produtos do cérebro humano e que o homem é em si mesmo um produto da natureza’. Compreende-se que ‘as produções do cérebro humano, que em última análise, são produto da natureza’. As relações naturais, objetivas, entre os fenômenos do mundo não oferecem a mínima dúvida. Engels fala constantemente das ‘leis da natureza’ e não considera indispensável esclarecer mais especialmente as teses geralmente conhecidas do materialismo. (...) Lemos também no seu Ludwig Feuerbach: As ‘leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano’, são ‘idênticas no fundo, mais diferentes na sua expressão no sentido em que o cérebro humano pode aplicá-las conscientemente, enquanto que, na natureza, e até agora, frequentemente, na história humana, abrem inconscientemente o seu caminho, sob a forma de necessidades exteriores no seio de uma série infinita de acasos aparentes’”. (...) (páginas 147, 148)

“A questão, verdadeiramente importante, da teoria do conhecimento, que divide as correntes filosóficas, não está em saber qual o grau de precisão que atingem as nossas

descrições das relações da causalidade, nem se essas descrições podem ser expressas numa fórmula matemática precisa, mas se a fonte do nosso conhecimento dessas relações está nas leis objetivas da natureza ou nas propriedades do nosso espírito, na sua faculdade de conhecer determinadas verdades a priori etc. (...) Está aqui o segredo da filosofia idealista, que não ousa ver, na faculdade de conhecer do homem, um simples reflexo da natureza”. (...) (pág. 151)

“Em Engels, a vida prática do homem irrompe na própria teoria do conhecimento, fornecendo um critério objetivo da verdade: enquanto ignoramos uma lei da natureza, essa lei, que existe e age sem se saber, fora do nosso conhecimento, faz de nós escravos da ‘necessidade cega’. Mas, desde que a conheçamos, essa lei, que age independentemente da nossa vontade e da nossa consciência, torna-nos senhores da natureza. O domínio da natureza, realizado na prática humana, é o resultado de uma representação objetivamente fiel, no espírito humano dos fenômenos e dos processos naturais; e é essa a melhor prova de que tal representação (nos limites que nos ensina a prática) é uma verdade eterna, objetiva e absoluta” (...) (pág. 179)

“O que distingue essencialmente o materialista e o partidário da filosofia idealista é que o primeiro tem a sensação, a percepção, a representação e, em geral, a consciência do homem por uma imagem da realidade

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial



objetiva refletida pela nossa consciência. Ao movimento das representações, das percepções etc., corresponde o movimento da matéria exterior. O conceito de matéria não exprime senão a realidade objetiva que nos é dada na sensação. Eis por que pretender destacar o movimento da matéria equivale a destacar o pensamento da realidade objetiva, a destacar as sensações do mundo exterior, isto é, a passar para o idealismo. (...) (pág. 254)

“A consciência social reflete a existência social, tal é a doutrina de Marx. A imagem pode refletir, com mais ou menos fidelidade, o objeto, mas é um absurdo falar aqui de identidade. Que a consciência reflete geralmente a existência, é uma proposição geral do materialismo. E não é impossível não ver que relação imediata e indissolúvel a liga à proposição do materialismo histórico, segundo a qual a consciência reflete a existência social”. (...) (pág. 309)

“O materialismo admite, de modo geral, que o ser real objetivo (a matéria) é independente da consciência, das sensações da experiência humana. O materialismo histórico reconhece que a existência social é independente da consciência social da humanidade. Tanto aqui como ali, a consciência não é senão o reflexo do ser, ou, no melhor dos casos, um reflexo aproximadamente exato (adequado, idealmente preciso). Não se pode suprimir nenhum princípio fundamental, nenhuma parte essencial dessa filosofia do marxismo, filosofia monolítica, da melhor têmpera, sem se separar da verdade objetiva, sem se cair na mistificação burguesa reacionária.” (...) (pág. 312)

“Partidários de Feuerbach e amadurecidos na luta contra os remendões, é natural que Marx e Engels se entregassem, sobretudo, ao acabamento da filosofia materialista, isto é, à concepção materialista da história e não à gnoseologia materialista. Por isso, nas suas obras que tratam do materialismo dialético, insistiram muito mais no lado dialético do que no lado materialista; e naquelas que tratam do materialismo histórico, insistiram muito mais no lado histórico do que no lado materialista”. (...) (pág. 315)

“Dar-se o primado à natureza, à matéria, ao físico, ao universo exterior e considerar a consciência, o espírito, a sensação (...), o psíquico etc., como o elemento secundário, tal é a questão capital que continua, na realidade, a dividir os filósofos em dois grandes campos. A causa de milhares e milhares de erros e confusões neste campo consiste em que, mercê do disfarce dos termos, das definições,

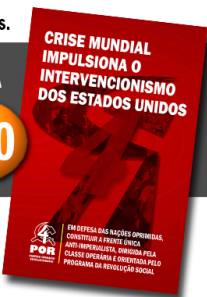
dos subterfúgios escolásticos, dos jogos verbais, não se apercebem essas duas tendências fundamentais. O gênio de Marx e Engels consiste precisamente em que, durante um longo período – quase meio século – se empenharam em desenvolver o materialismo, em fazer progredir uma tendência fundamental da filosofia; sem se preocuparem em repisar questões gnoseológicas já resolvidas, aplicando com espírito consequente esse mesmo materialismo e mostrando como aplicá-lo às ciências sociais, varrendo implacavelmente, como escória, os embustes, as ninharias enfáticas e pretensiosas, as inumeráveis tentativas de descobrir uma nova tendência em filosofia, uma nova orientação etc. O caráter puramente verbal das tentativas desse tipo, o jogo escolástico de novos ‘ismos’ filosóficos, o obscurecimento do fundo do problema por meio de artifícios complicados, a incapacidade em compreender e representar a luta de duas tendências fundamentais da gnoseologia, é o que Marx e Engels combateram e perseguiram no decorrer da sua atividade”. (...) (pág. 320-321)

“Marx e Engels foram, em filosofia, do princípio ao fim homens de partido; souberam descobrir os desvios do materialismo e as concessões ao idealismo e ao fideísmo em todas as correntes ‘modernas’, quaisquer que fossem”. (...) Desde que se negue a realidade objetiva que nos é dada pela sensação, se perde todas as armas contra o fideísmo, porque então se cai no agnosticismo ou no subjetivismo, e o fideísmo não se fará esperar durante muito tempo. (...) (pág. 323) Se o mundo é matéria e movimento, pode e deve-se estudá-lo indefinidamente, até as menores manifestações e ramificações infinitamente complexas desse movimento, do movimento dessa matéria, mas nada pode haver fora dessa matéria, fora do mundo exterior, ‘físico’, familiar a todos e a cada um. O ódio ao materialismo e as calúnias acumuladas contra os materialistas estão na ordem do dia na Europa civilizada e democrática”. (pág. 327)

LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$ 40



O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.

Participe do

ENCONTRO

OPERÁRIO

16/5 • 17h

Presencial

Entre em contato pelo Instagram:

@massas.por

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

